

# Relatório Governança Corporativa



4° Trimestre de 2016

**Diretor – Presidente**

Adler Anaximandro de Cruz e Alves

**Diretor Jurídico**

Allan Luiz Oliveira Barros

**Diretor de Finanças e Administração**

Douglas Ramiro Capela

**Diretora de Previdência**

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

**Diretora de Investimentos**

Regina Célia Dias

**Chefia de Governança, Projetos e Compliance**

Henrique Barros Pereira Ramos

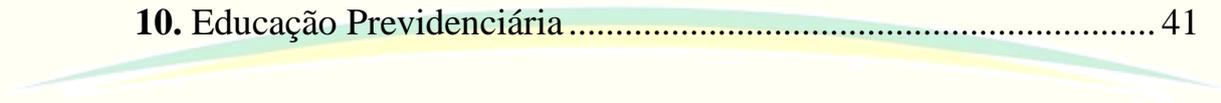
**Assessoria Especial de Comunicação Social**

Stéfane Maia Rech

  
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

# Sumário

1. Apresentação .....	4
2. Gestão Administrativa .....	4
3. Gestão Jurídica .....	9
4. Gestão de Investimentos .....	10
5. Gestão dos Benefícios .....	14
6. Contribuições .....	23
7. Fluxo de Caixa dos Fundos .....	27
8. Governança .....	30
9. Conselhos .....	36
10. Educação Previdenciária .....	41



**IPREVD**

Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

# 1. Apresentação

Este Relatório tem a finalidade de prestar informações com base nos Relatórios Gerenciais do 4º trimestre de 2016, fornecidos pelas Diretorias de Previdência, de Investimentos, Jurídica e de Finanças e Administração, bem como da Assessoria de Atuária, permitindo aos segurados, beneficiários e ao público em geral, acompanhar as principais atividades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, Autarquia em Regime Especial, com personalidade jurídica de Direito Público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, instituída pela Lei Complementar nº 769/2008, de 30/06/2008, como gestor único do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Distrito Federal, atendendo aos princípios básicos de Governança Corporativa:

- Transparência;
- Equidade;
- Prestação de contas; e
- Responsabilidade social.

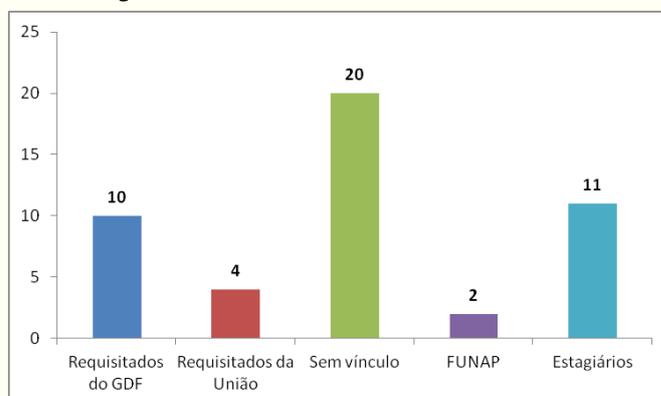
## 2. Gestão Administrativa

Podemos destacar na Gestão Administrativa que, no 4º trimestre de 2016, as despesas de pessoal e administrativa do Instituto foram integralmente custeadas com recursos orçamentários e financeiros oriundos do Tesouro Distrital, devidamente previstos na lei orçamentária anual.

### 2.1. Quantitativo de Pessoal

Em 31/12/2016, o quantitativo de pessoal da Autarquia é de 47 servidores, dos quais 20 são sem vínculo, 10 requisitados de órgãos do GDF, 04 requisitados de órgãos do Governo Federal, 02 terceirizados (FUNAP), além de 11 estagiários.

#### FORÇA DE TRABALHO – EM 31/12/2016



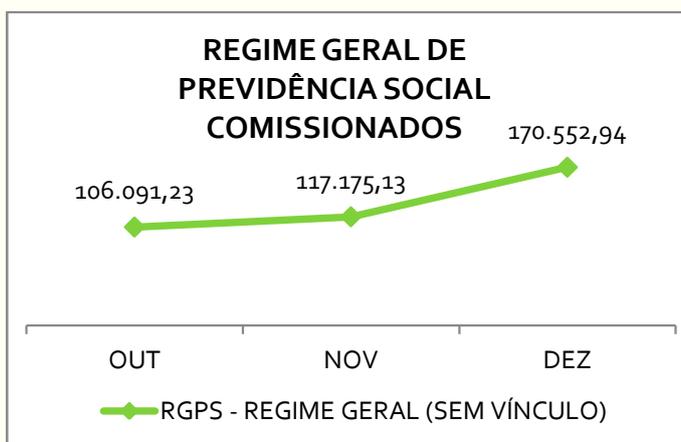
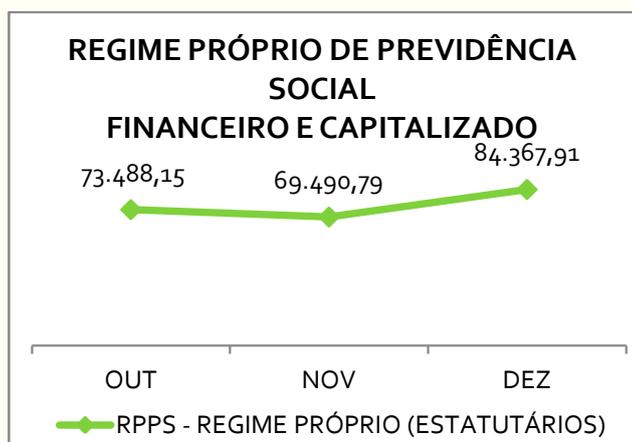
Fonte: GGP/DIFAD/IPREV-DF

## 2.2. Valores da Folha de Pessoal

Em R\$

DESPESAS	ACUM 3º TRI	OUT	NOV	DEZ	4º TRI	TOTAL
Auxílio Alimentação	3.156,00	394,50	394,50	394,50	1.183,50	4.339,50
Décimo Terceiro Salário Pessoal Civil	24.542,00	4.590,13	1.370,93	11.558,17	17.519,23	42.061,23
Férias 1/3 Constitucional	7.119,02			3.133,56	3.133,56	10.252,58
Gratificação de Representação Mensal	435.620,69	67.725,36	67.725,36	67.725,36	203.176,08	638.796,77
Substituição	6.111,04	778,16		1.556,32	2.334,48	8.445,52
<b>RPPS - REGIME PRÓPRIO (ESTATUTÁRIOS)</b>	<b>476.548,75</b>	<b>73.488,15</b>	<b>69.490,79</b>	<b>84.367,91</b>	<b>227.346,85</b>	<b>703.895,60</b>
Auxílio Alimentação	80.385,95	7.495,50	8.110,40	7.890,00	23.495,90	103.881,85
Auxílio Creche	684,00	85,50	85,50	85,50	256,50	940,50
Auxílio Transporte	4.758,10	218,72	572,44	489,96	1.281,12	6.039,22
Férias Indenizatórias	979,24				-	979,24
Férias 1/3 constitucional - CLT	17.133,34	979,23		3.910,39	4.889,62	22.022,96
Encargo Patronal – INSS	241.932,38	20.208,53	20.975,23	37.005,54	78.189,30	320.121,68
Décimo Terceiro Salário Pessoal Civil	62.889,16		1.584,96	37.926,49	39.511,45	102.400,61
Indenização por Exoneração e Demissão	95.999,65		200,00		200,00	96.199,65
Representação/Vencimento sem vínculo efetivo	976.917,48	70.131,53	84.416,22	83.245,06	237.792,81	1.214.710,29
Substituição	17.807,09	6.972,22	1.230,38	-	8.202,60	26.009,69
<b>RGPS - REGIME GERAL (SEM VÍNCULO)</b>	<b>1.499.486,39</b>	<b>106.091,23</b>	<b>117.175,13</b>	<b>170.552,94</b>	<b>393.819,30</b>	<b>1.893.305,69</b>
<b>PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGÃOS</b>	<b>204.533,02</b>	<b>29.908,64</b>	<b>235.020,94</b>	<b>228.824,81</b>	<b>493.754,39</b>	<b>698.287,41</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.180.568,16</b>	<b>209.488,02</b>	<b>421.686,86</b>	<b>483.745,66</b>	<b>1.114.920,54</b>	<b>3.295.488,70</b>

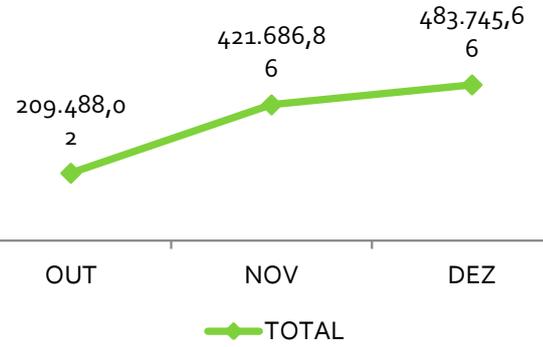
Fonte: Balancete Contábil SIGGO.



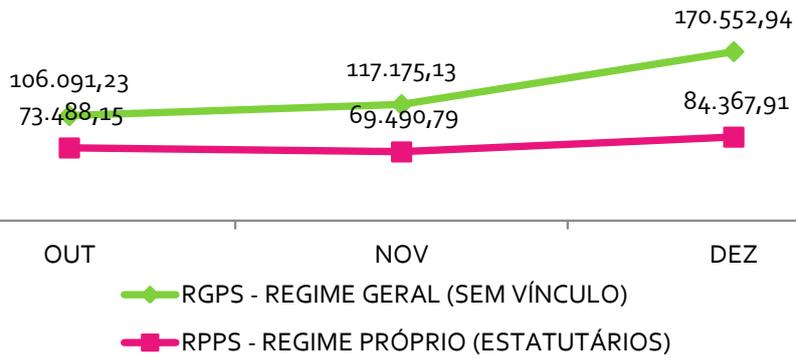
### PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGÃOS



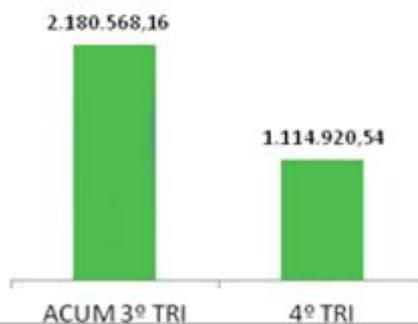
### TOTAL



### COMPARAÇÃO ENTRE RGPS E RPPS SEM VINCULO X COM VINCULO



### Comparativo 3º Tri x 4º Tri

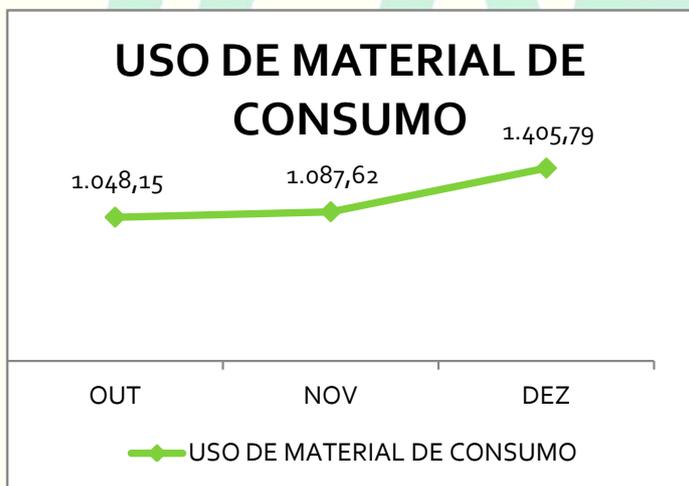
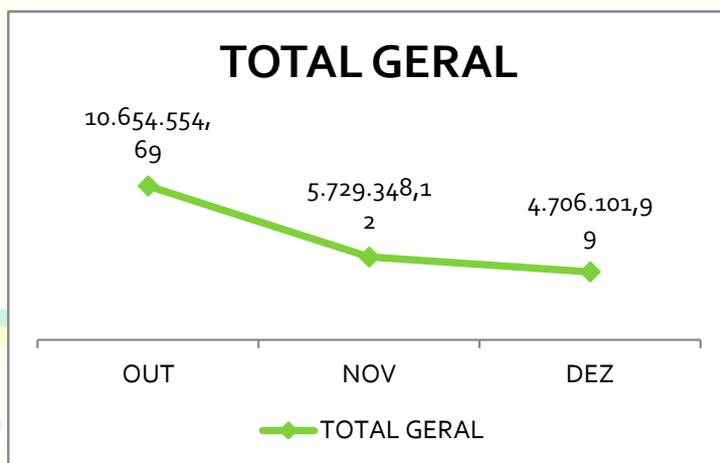
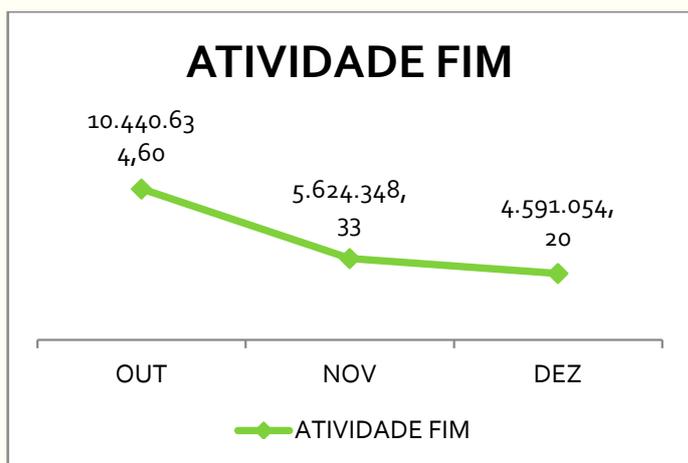
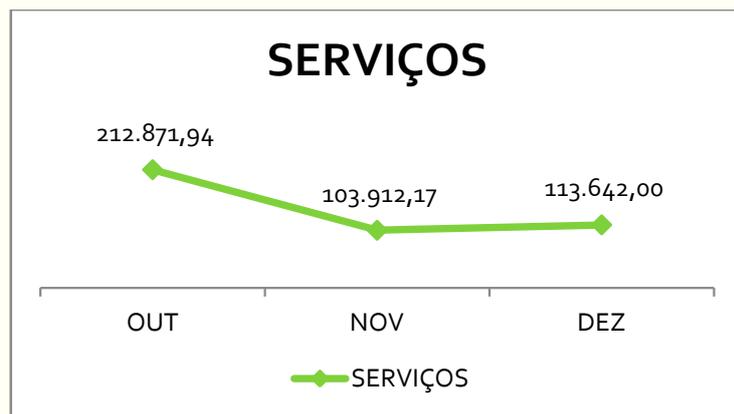
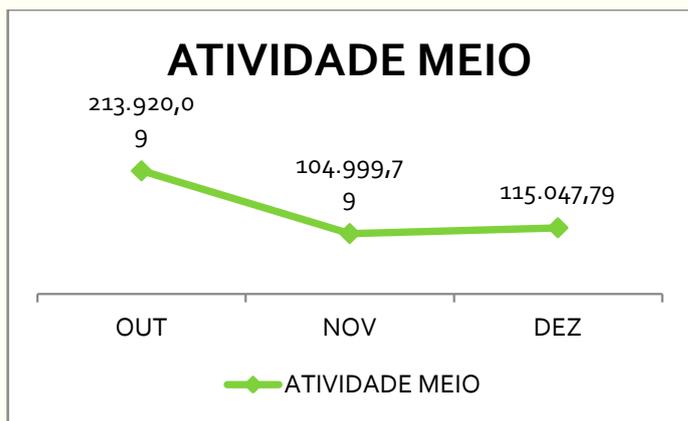


## 2.3. Custeio Administrativo

### DETALHAMENTO DO CUSTEIO TOTAL

Em R\$

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	ACUM 3º TRI	OUT	NOV	DEZ	4º TRI	TOTAL
<b>USO DE MATERIAL DE CONSUMO</b>	<b>9.370,82</b>	<b>1.048,15</b>	<b>1.087,62</b>	<b>1.405,79</b>	<b>3.541,56</b>	<b>12.912,38</b>
Serviços Terceiros P.F. - JETONS a Conselheiros	102.740,44	15.225,87	16.597,57	16.734,74	48.558,18	151.298,62
Diárias	4.290,51	192,79	293,05	1.311,02	1.796,86	6.087,37
Serviços Judiciários - RPV	28.518,36			-12.322,78	-12.322,78	16.195,58
Telecomunicações – Telefonia Celular e Certificado Digital	6.171,48			3.291,38	3.291,38	9.462,86
Comunicação em Geral - Correios	178,65	22,90		43,80	66,70	245,35
Manutenção e Conservação de Bens Móveis	282,80				-	282,80
Água e Esgoto	6.624,48	644,46	516,35	573,83	1.734,64	8.359,12
Energia Elétrica	84.634,63	15.358,59	7.879,83	8.301,00	31.539,42	116.174,05
Locação de imóveis	519.428,56	129.857,14	64.928,57	64.928,57	259.714,28	779.142,84
Locação de Máquinas e Equipamentos - Word Digital	21.152,02	5.435,72	2.312,86	2.898,97	10.647,55	31.799,57
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	9.241,15	397,20	276,37	276,37	949,94	10.191,09
Condomínios	45.976,91	26.272,52	6.568,13	16.450,61	49.291,26	95.268,17
Seleção e Treinamento	-	276,00			276,00	276,00
Serviços Técnicos Profissionais - Simple	1.147.560,00				-	1.147.560,00
Passagens e Despesas com Locomoção	1.567,05		2.288,38	1.114,41	3.402,79	4.969,84
Publicidade Legal - DODF	23.880,00	16.605,00		6.915,00	23.520,00	47.400,00
Serviço de Apoio Técnico Administrativo - FUNAP	28.615,93	2.583,75	2.251,06	3.125,08	7.959,89	36.575,82
<b>SERVIÇOS</b>	<b>2.030.862,97</b>	<b>212.871,94</b>	<b>103.912,17</b>	<b>113.642,00</b>	<b>430.426,11</b>	<b>2.461.289,08</b>
<b>ATIVIDADE MEIO</b>	<b>2.040.233,79</b>	<b>213.920,09</b>	<b>104.999,79</b>	<b>115.047,79</b>	<b>433.967,67</b>	<b>2.474.201,46</b>
REPASSE DIFERIDOS A LIBERAR - LIMITE FINANCEIRO ADM INDIRETA E FUNDO	2.492.621,18				-	2.492.621,18
RECURSOS PARA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-			156.965,44	156.965,44	156.965,44
TRANSFERENCIAS ENTRE UGS	226,50				-	226,50
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CRÉDITOS - CONTRIB PREV A RECEBER RPP	71.663.910,69				-	71.663.910,69
MULTAS INDEDUTIVEIS	29.348,47				-	29.348,47
OUTROS IMPOSTOS	21.577,48				-	21.577,48
CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP	40.764.642,09	10.440.634,60	5.624.348,33	4.434.088,76	20.499.071,69	61.263.713,78
COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	421.437,13				-	421.437,13
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - SERV. TERC. PESSOA FÍSICA	274,34				-	274,34
<b>ATIVIDADE FIM</b>	<b>114.551.163,62</b>	<b>10.440.634,60</b>	<b>5.624.348,33</b>	<b>4.591.054,20</b>	<b>20.656.037,13</b>	<b>135.207.200,75</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>116.591.397,41</b>	<b>10.654.554,69</b>	<b>5.729.348,12</b>	<b>4.706.101,99</b>	<b>21.090.004,80</b>	<b>137.681.402,21</b>



## 2.4. Licitações

As licitações no Governo do Distrito Federal são centralizadas na Central de Compras, no âmbito da Secretaria de Estado Planejamento e Gestão - SEPLAG.

No quarto trimestre de 2016, o IPREV/DF não realizou aquisições.

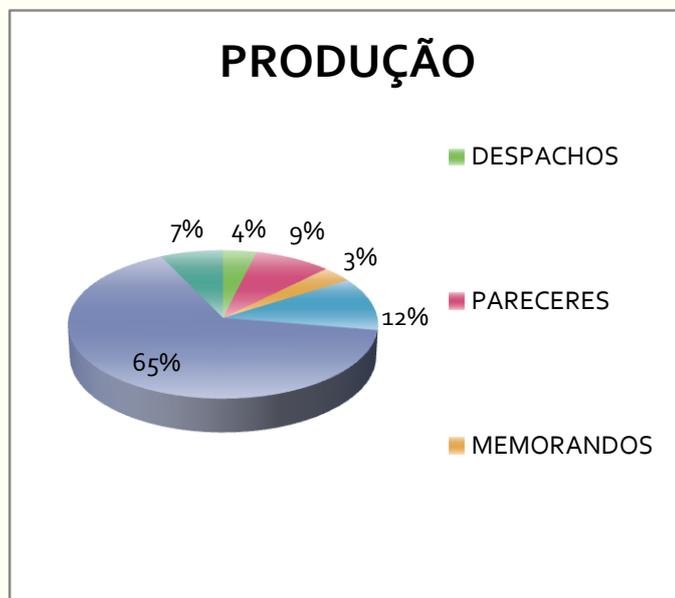
## 2.5. Lista de Contratos em Vigor

Núm. Processo	Nº contrato	Objeto da Contratação	Contratada	Vigência	Valor anual R\$	Data final
413.000040/2014	01/2014	LOCAÇÃO IMÓVEL SEDE DO IPREV E CONDOMÍNIO	CEDRO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	36 meses	943.878,85	03/04/2017
413.000041/2014	02/2014	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE IMPRESSÃO E CÓPIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	WORD DIGITAL INFORMÁTICA LTDA	12 meses	66.000,00	01/06/2017
413.000140/2016	02/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AGÊNCIAÇÃO DE VIAGENS	AGÊNCIA AEROTUR LTDA	12 meses	120.000,00	21/10/2017
413.000059/2015	01/2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE SENTENCIADOS	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	12 meses	80.017,92	20/09/2017
413.000055/2015	9912376777/14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDAS DE PRODUTOS POSTAIS (Correios)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	12 meses	220.000,00	27/05/2017
413.000149/2016	2015NE01134	ASSINATURA JORNAL VALOR ECONÔMICO/ CORREIO BRASILENSE	JMTORRES DISTRIBUIÇÃO	12 meses	1.866,48	03/10/2017
413.000027/2015	01/2016 (termo de cooperação)	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL E IPREV-DF	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12 meses	SEM CUSTO	21/12/2017
413.000056/2014	01/2016	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXO COMUTADO	OI SA	12 meses	65.985,22	13/06/2017
413.000097/2015	2016NE00032	PAGAMENTO RESSARCIMENTO CONSUMO ENERGIA ELÉTRICA SEDE IPREV (Vinculado ao de locação da sede)	ESTRUTURAL EMPREENDIMENTOS LTDA.	12 meses	105.800,00	03/04/2017
413.000120/2015	2016NE00031	PAGAMENTO RESSARCIMENTO CONSUMO ÁGUA E ESGOTO SEDE IPREV (Vinculado ao contrato de locação da sede)	CEDRO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	12 meses	6.880,00	03/04/2017
413.000017/2016	2016NE00603	PUBLICAÇÕES NO DODF	DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL	12 meses	75.002,00	31/12/2016
413.000022/2015	2015NE00588	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (AQUISIÇÃO DE PERIÓDICOS)	EDITORA PLENUM LTDA	12 meses	2.900,00	01/06/2017

## 3. Gestão Jurídica

### PLANILHA CONTROLE DE DEMANDAS GERAL - DIJUR

PRODUÇÃO	QUANTIDADE
DESPACHOS	24
PARECERES	55
MEMORANDOS	22
OFÍCIOS	73
ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL- JUDICIAL	411
ACOMPANHAMENTO DECISÕES TCDF	45



## DESPACHOS

MÊS	QUANTIDADE
OUTUBRO	12
NOVEMBRO	2
DEZEMBRO	10
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

## MEMORANDOS

PRODUÇÃO	QUANTIDADE
OUTUBRO	12
NOVEMBRO	6
DEZEMBRO	4
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>

## PARECERES

MÊS	QUANTIDADE
OUTUBRO	30
NOVEMBRO	18
DEZEMBRO	7
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>

## OFÍCIOS

PRODUÇÃO	QUANTIDADE
OUTUBRO	39
NOVEMBRO	33
DEZEMBRO	1
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>

## 4. Gestão de Investimentos

### 4.1. Alocações dos Recursos

No 4º trimestre de 2016, baseando-se nas normas vigentes sobre o tema (Resolução CMN nº 3.922/2008), os parâmetros constantes na Política de Investimentos vigente, bem como nas orientações e estratégias debatidas com Comitê de Investimento e Análise de Riscos - CIAR, a alocação dos recursos previdenciários concentrou-se em fundos de investimento de renda fixa com referenciais diversificados, conforme o tipo de taxa e prazo, cabendo destaque aos fundos atrelados ao IMA-B, IMA-B 5, IRF-M 1 e CDI. A estratégia visou à preservação da rentabilidade e

liquidez dos investimentos no período, a solidez e transparência na gestão e o controle do nível de risco da carteira de investimentos. Buscou-se, ainda, a manutenção do equilíbrio atuarial dos fundos administrados, Capitalizado e Financeiro.

Em 31.12.2016, o total de recursos sob gestão atingiu o montante de R\$3.213.965.567,48 (três bilhões, duzentos e treze milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete Reais e quarenta e oito centavos), representando uma variação financeira negativa de R\$ 31.236.143,79 (trinta e um milhões, duzentos e trinta e seis mil, cento e quarenta e três Reais e setenta e nove centavos), correspondente a (-)0,96% em relação ao 3º Trimestre de 2016.

CARTEIRA TOTAL - EVOLUÇÃO TRIMESTRAL					
DISCRIMINAÇÃO		1T16	2T16	3T16	4T16
SALDO INICIAL R\$ (A)		2.955.692.965,83	2.764.981.135,82	3.062.832.611,79	3.245.201.711,27
APLICAÇÕES R\$ (B)		1.214.473.576,46	524.466.721,17	1.118.326.516,05	1.474.608.497,21
RESGATES R\$(C)		1.567.350.646,74	354.187.351,78	1.070.904.897,36	1.580.800.077,58
RENTABILIDADE LÍQUIDA R\$ (D)		162.165.240,27	127.572.106,58	134.947.480,79	74.955.436,57
SALDO FINAL R\$ (A+B -C+D)		2.764.981.135,82	3.062.832.611,79	3.245.201.711,27	3.213.965.567,47
VARIÇÃO	R\$	-190.711.830,01	297.846.668,24	182.371.463,37	-31.236.143,80
	%	-6,45	10,77	5,95	-0,96

Essa variação negativa é explicada pela reversão de recursos do Fundo Capitalizado para o Fundo Financeiro, no valor de R\$493.564.579,09 (quatrocentos e noventa e três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove Reais e nove centavos), para custeio das folhas de pagamento dos aposentados e pensionistas do Fundo Financeiro de Previdência, ocorridas a partir da data da reversão, conforme disposto na Lei Complementar nº 920, de 01/12/2016.

Além da redução do valor total da carteira de investimentos do IPREV-DF, a reversão e utilização dos recursos do Fundo Capitalizado para o custeio das folhas de pagamentos do Fundo Financeiro impactou

a composição total dos investimentos, pois, de modo a não realizar perdas no estoque dos investimentos, a estratégia básica adotada foi a de resgatar recursos dos fundos de investimentos atrelados em Certificado de Depósito Interbancário – CDI e IRF-M, fundos cujas performances vinham contribuindo positivamente para o alcance da meta atuarial.

Os recursos previdenciários investidos estão distribuídos em 34 fundos de investimentos, sendo 22 no segmento de renda fixa (representando 96,58% das alocações realizadas) e 12 no de renda variável (3,42% das alocações), conforme tabela abaixo:

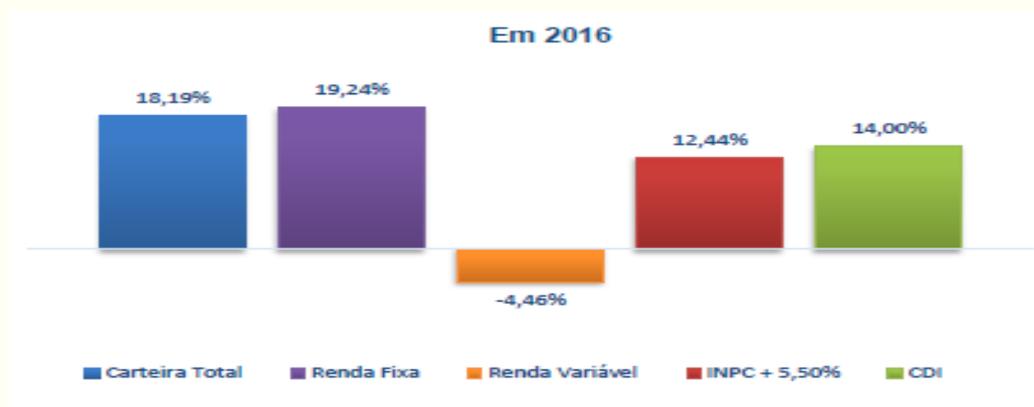
## ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO			
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos Recursos (%)		
	Limites Res. CMN 3922/10	Estratégia Política de Investimentos 2016	Realizado até 31/12/2016
<b>Renda Fixa – Art. 7º</b>			
Títulos Tesouro Nacional – SELIC – Art. 7º - I - “a”	100	0	0
FI 100% títulos TN – Art. 7º - I - “b”	100	80	79,70
Operações Compromissadas – Art. 7º - II	15	0*	0
FI Renda Fixa/Referenciados RF – Art.7º- III "a"	80	15	0
FI de Renda Fixa – Art. 7º - IV "a"	30	30	14,97
Poupança – Art. 7º - V	20	0	0
FI em Direitos Creditórios- Aberto – Art. 7º - VI	15	1	0
FI em Direitos Creditórios – Fechado – Art. 7º- VII - “a”	5	0	0,32
FI Renda Fixa “Crédito Privado” – Art. 7º - VII - “b”	5	2	1,59
<b>TOTAL RENDA FIXA</b>		<b>100</b>	<b>96,58</b>
<b>Renda Variável – Art. 8º</b>			
FI Ações referenciados – Art. 8º - I	30	0	0,20
FI de índices Referenciados em Ações – Art. 8º - II	20	0	0
FI em Ações – Art. 8º - III	15	4	0,68
FI Multimercado – aberto – Art. 8º - IV	5	3	0,13
FI em Participações – fechado – Art. 8º - V	5	2	1,01
FI Imobiliário – cotas negociadas em bolsa – Art. 8º - VI	5	3	1,39
<b>TOTAL RENDA VARIÁVEL</b>		<b>100</b>	<b>3,42</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>100</b>	<b>100</b>

## ALOCAÇÕES POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR INVESTIDO (R\$)	%
BANCO DO BRASIL S.A.	1.605.826.666,10	50,51
BANCO DE BRASÍLIA S.A.	198.891.684,07	6,26
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.374.229.562,31	43,23
<b>TOTAL DA CARTEIRA</b>	<b>3.178.947.912,44</b>	<b>100,00</b>

## RENTABILIDADE TOTAL DA CARTEIRA X RENDA FIXA X RENDA VARIÁVEL X META ATUARIAL X CDI



## 4.2. Gestão de Riscos

---

No quarto trimestre de 2016, a gestão da carteira de investimentos do Instituto, sob a responsabilidade da Diretoria de Investimentos, foi orientada de forma a preservar os níveis de liquidez e solidez, rentabilidade no fluxo de investimento e transparência na alocação dos recursos, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos previdenciários (financeiro e capitalizado) administrados pelo Instituto, no curto, médio e longo prazo, obedecendo às regras da Política Anual de Investimentos vigente, às orientações do Comitê de Investimentos e às normas do Conselho Monetário Nacional, Resolução CMN nº 3.922/2010.

Devido à necessidade de resgate de recursos atrelados a taxas de curto prazo e grande liquidez para fazer face à transferência de recursos do Fundo Capitalizado para o Fundo Financeiro, de acordo com o determi-

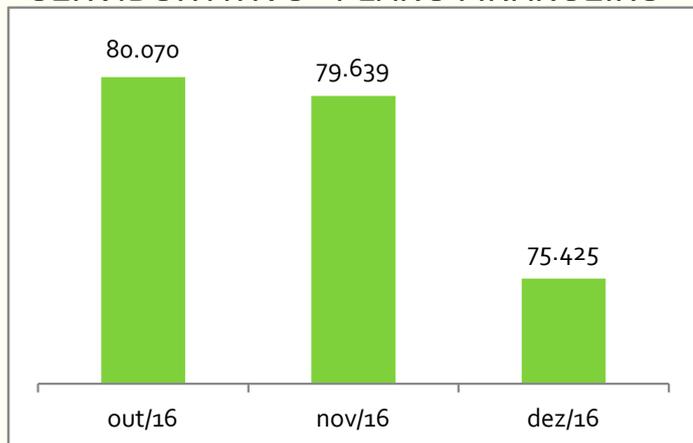
nado pela Lei Complementar 920/2016, houve alongamento da carteira e uma maior participação de fundos atrelados a taxas prefixadas e vinculadas a índices de preços. Com isso, houve aumento de risco de mercado e risco de liquidez em dezembro na comparação com o mês anterior. Entretanto, conforme Decisão do CIAR de 29/11/2016, a DIRIN passou a recompor a liquidez do Fundo Capitalizado e a rebalancear a *duration* da carteira com as contribuições previdenciárias arrecadadas nos meses seguintes, desta forma mitigado os riscos de mercado e liquidez.

Quanto ao risco de crédito, não houve novos investimentos em ativos vinculados a crédito, tais como fundos de renda fixa crédito privado. Em relação aos fundos estruturados, não houve ingresso em novos investimentos dessa categoria, havendo apenas no quarto trimestre o atendimento às integralizações de capital com as quais o Iprev/DF já havia se comprometido em exercícios anteriores.

## 5. Gestão dos Benefícios

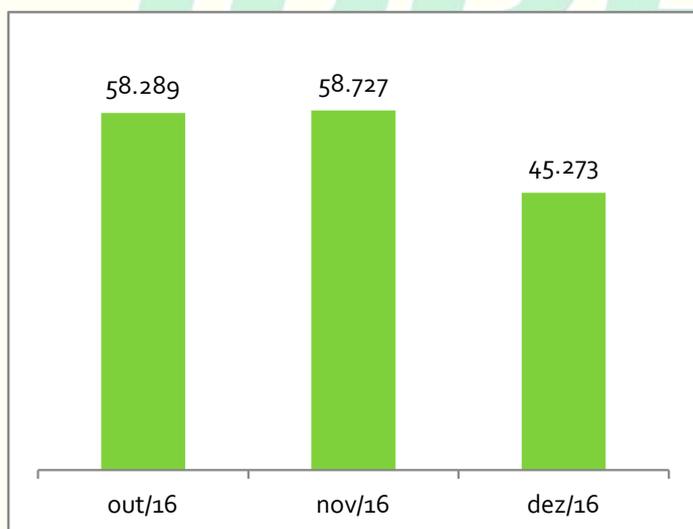
### 5.1. Quantitativo de Benefícios

#### SERVIDOR ATIVO - PLANO FINANCEIRO



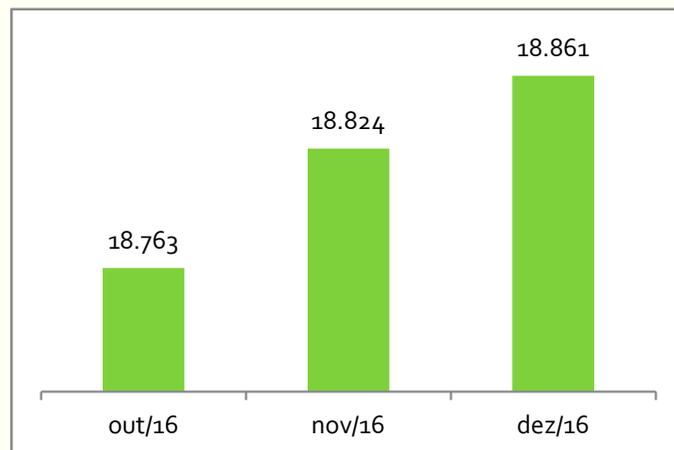
Fonte: DIPR 4ºbim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa, Militares e PCDF

#### APOSENTADOS - PLANO FINANCEIRO



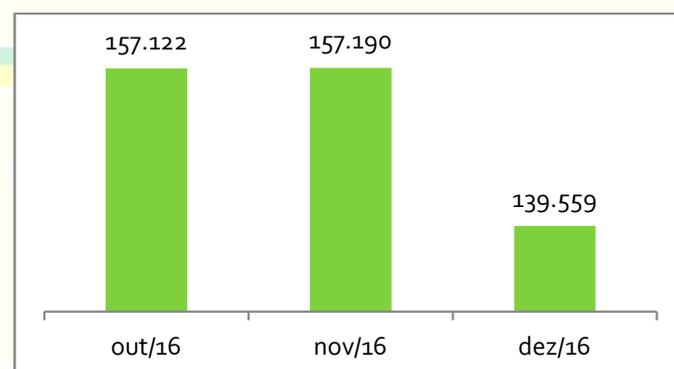
Fonte: DIPR 4ºbim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa, Militares e PCDF

#### PENSIONISTAS - PLANO FINANCEIRO



Fonte: DIPR 4ºbim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa, Militares e PCDF

#### TOTAL DE SEGURADOS E PENSIONISTAS - PLANO FINANCEIRO -

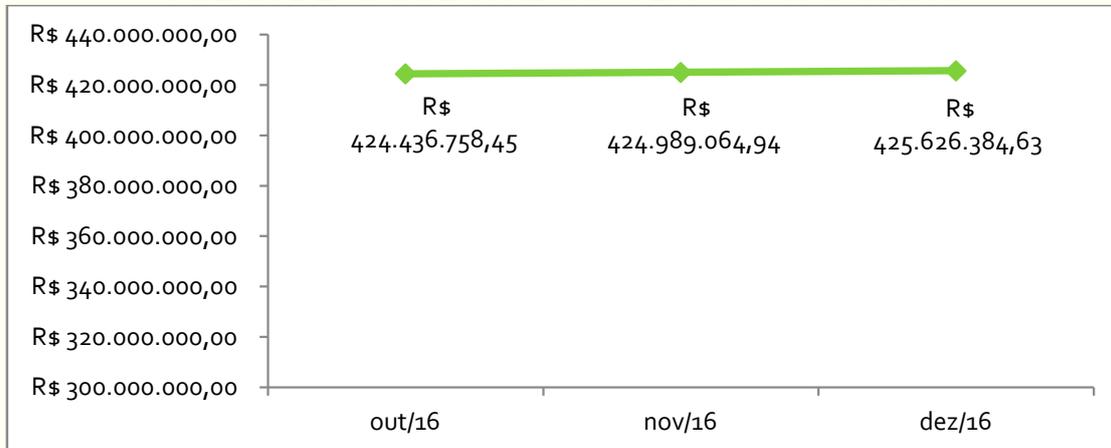


Fonte: DIPR 4ºbim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa, Militares e PCDF

Foi verificada uma redução significativa no número de servidores ativos, isso se deve ao decréscimo no quantitativo de servidores da Secretaria de Estado de Saúde observada na extração de informações junto ao sistema SIGRH, do mês de novembro para o mês de dezembro de 2016, entretanto informamos que já está sendo examinada a razão da referida contração, pelos setores competentes.

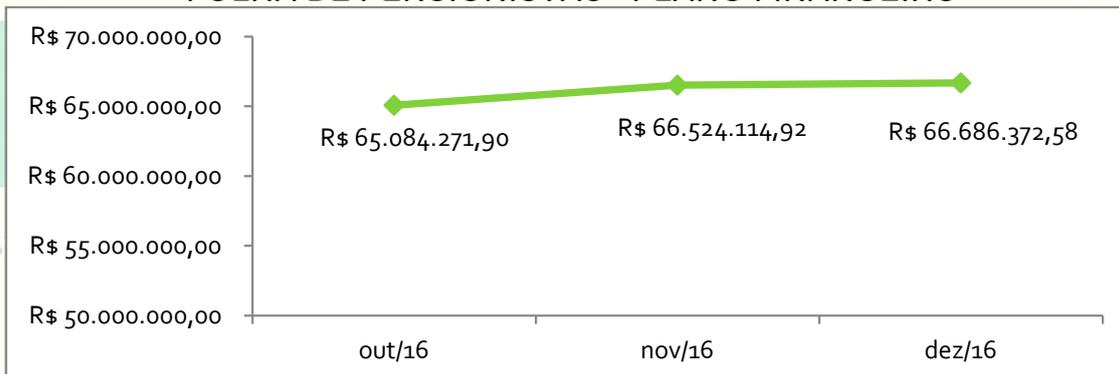
## 5.2. Valores dos Benefícios

### FOLHA DE APOSENTADOS - PLANO FINANCEIRO



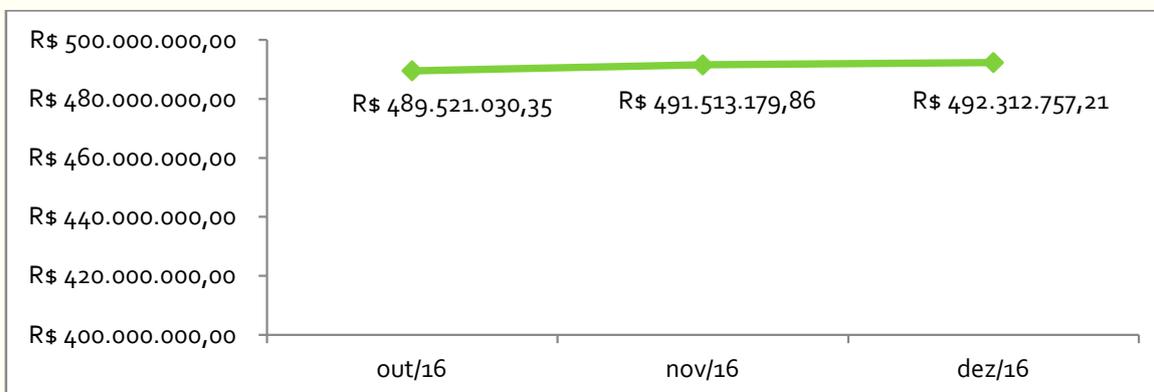
Fonte: SIGRH e Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

### FOLHA DE PENSIONISTAS - PLANO FINANCEIRO



Fonte: SIGRH e Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

### FOLHA TOTAL - PLANO FINANCEIRO



Fonte: SIGRH e Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

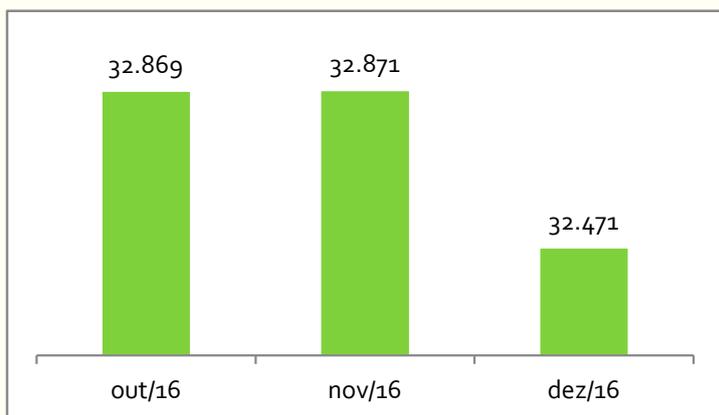
## INFORMAÇÕES RETIRADAS DO RELATÓRIO ATUARIAL 2016

ESTATÍSTICAS	
PLANO FINANCEIRO	
ATIVOS	
Idade Média atual	48
Idade Média de Admissão no Serviço Público	27
Idade Média de Aposentadoria Projetada	58
Salário Médio dos servidores ativos	R\$ 8.103,87
APOSENTADOS	
Idade Média atual	67
Benefício Médio	R\$ 8.450,02
PENSIONISTAS	
Idade Média atual	61
Benefício Médio	R\$ 5.894,31

Fonte: Relatório Atuarial 2016

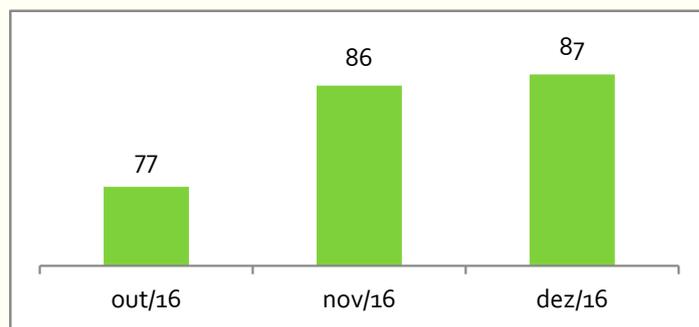
### 5.3. Quantitativo de Benefícios

#### SERVIDOR ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO



Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF e Câmara Legislativa

#### APOSENTADO - PLANO PREVIDENCIÁRIO



Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF e Câmara Legislativa

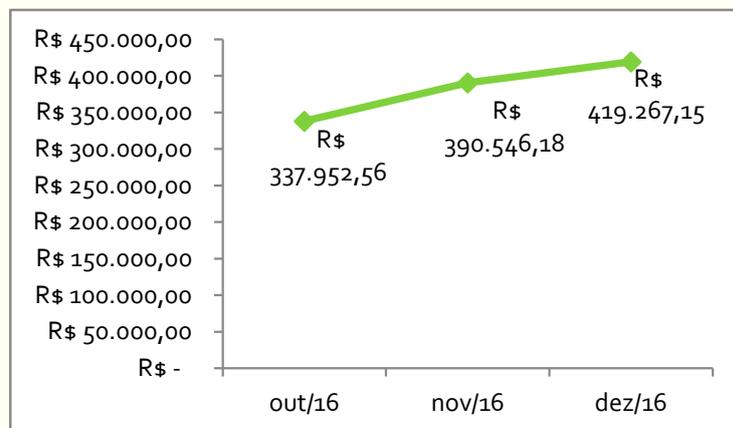
## PENSIONISTA - PLANO PREVIDENCIÁRIO



Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF e Câmara Legislativa

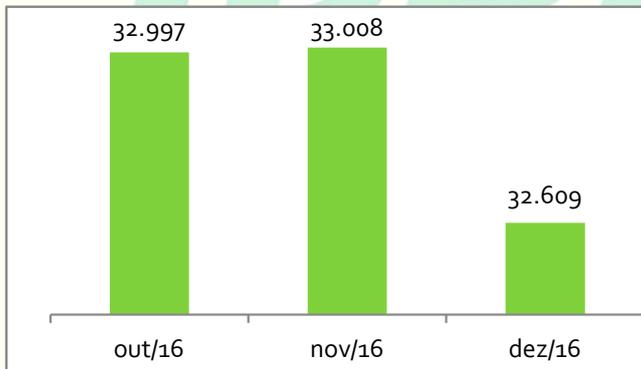
## 5.4. Valores da Folha

### FOLHA DE APOSENTADOS - PLANO PREVIDENCIÁRIO



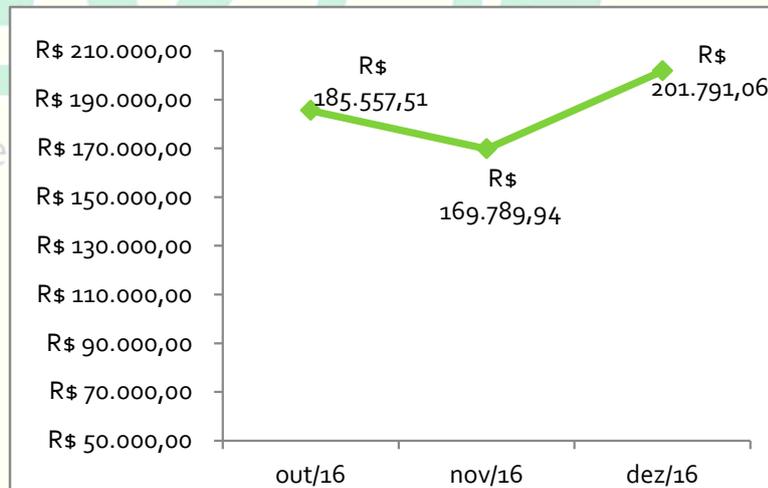
Fonte: SIGRH e Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

## TOTAL DE SEGURADOS E PENSIONISTAS - PLANO PREVIDENCIÁRIO -



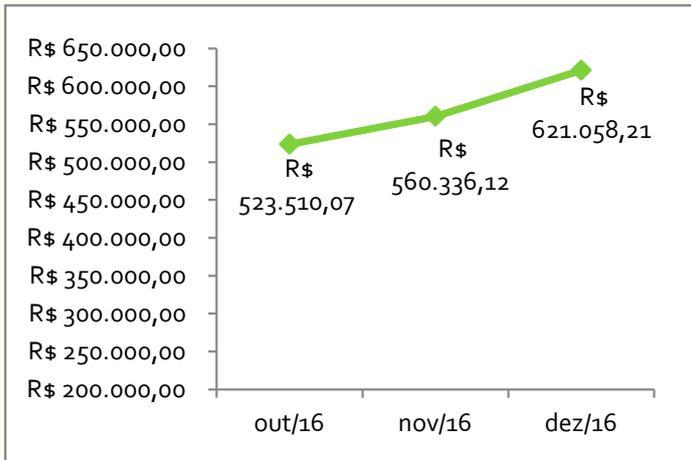
Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF e Câmara Legislativa

### FOLHA DE PENSIONISTAS - PLANO PREVIDENCIÁRIO



Fonte: SIGRH e Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

## FOLHA TOTAL – PLANO PREVIDENCIÁRIO



Fonte: SIGRH e Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

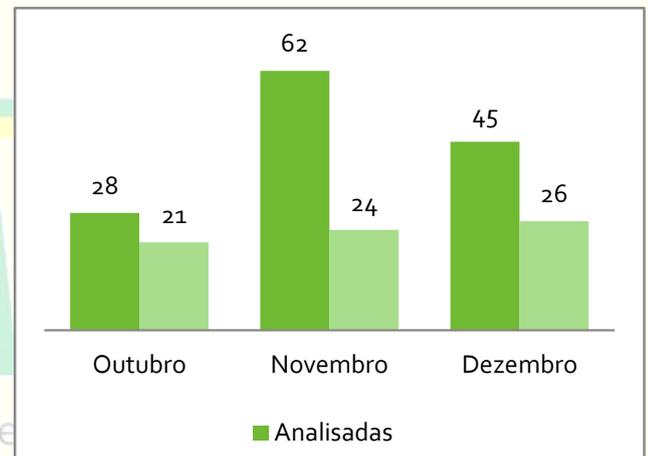
## INFORMAÇÕES RETIRADAS DO RELATÓRIO ATUARIAL 2016

ESTATÍSTICAS	
PLANO CAPITALIZADO	
ATIVOS	
Idade Média atual	36
Idade Média de Admissão no Serviço Público	32
Idade Média de Aposentadoria Projetada	60
Salário Médio dos servidores ativos	R\$ 5.868,70
APOSENTADOS	
Idade Média atual	54
Benefício Médio	R\$ 4.146,91
PENSIONISTAS	
Idade Média atual	33
Benefício Médio	R\$ 4.975,95

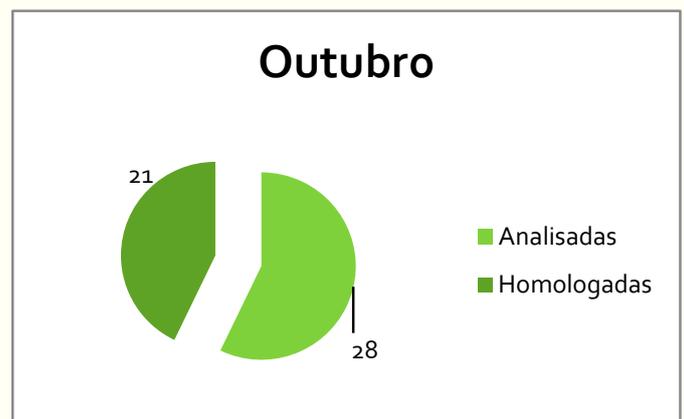
Fonte: Relatório Atuarial 2016

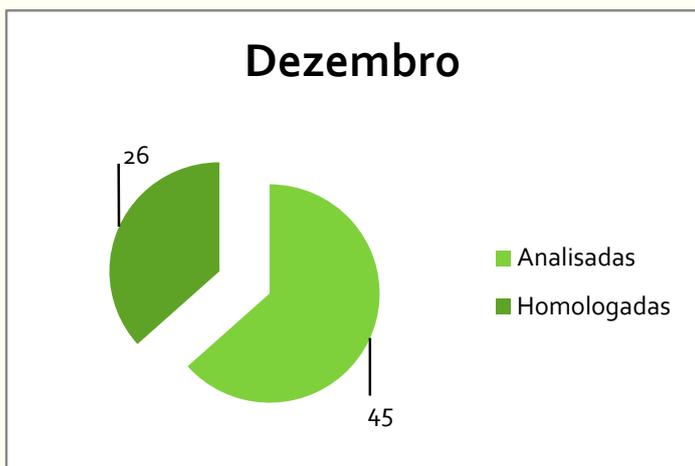
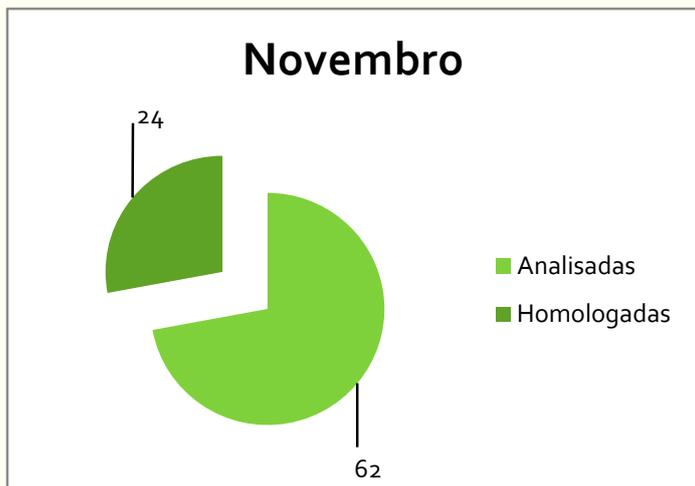
## 5.5 Homologação de CTC

A homologação das Certidões de Tempo de Contribuição - CTC assegura aos ex-servidores do Distrito Federal a averbação do tempo trabalhado e contribuído junto ao RPPS/DF para reconhecimento perante outros regimes previdenciários.



Fonte: Controles Produção – DIPREV 2016





Fonte dos gráficos: Controles Produção – DIPREV 2016

## 5.6 Controle de Afastamentos

O Instituto mantém o acompanhamento e controle dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos servidores cedidos, com ônus para outros órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além dos licenciados para acompanhamento de cônjuge ou interesse particular.

Em 31.12.2016, esse contingente atingiu<sup>1</sup>:

- a) 1914 (mil novecentos e quatorze) servidores cedidos a órgão do GDF;
- b) 413 (quatrocentos e treze) cedidos a órgãos fora do DF.

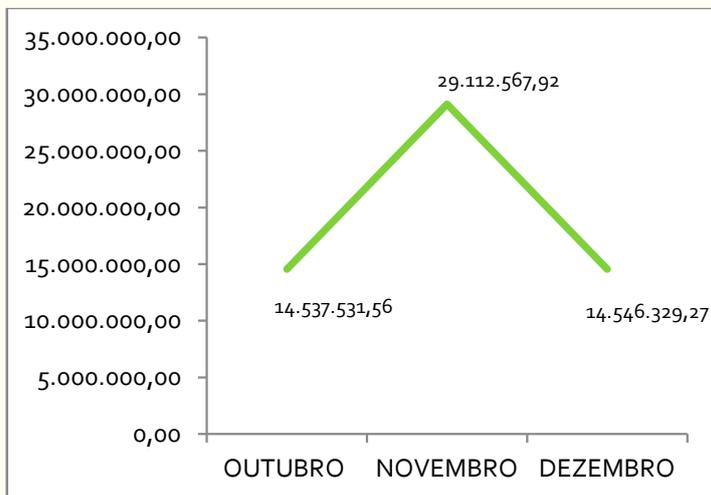
Por sua vez, no que se refere ao controle relativo dos afastamentos voluntários de servidores, o acompanhamento é realizado a partir dos requerimentos solicitados junto às unidades. Em 30.12.2016 o contingente de servidores nesta situação totalizou 390 (trezentos e noventa), conforme segue:

Tipo de Afastamento	Quantidade
<b>Licença para Acompanhar Cônjuge - LAC</b>	<b>165</b>
<b>Licença para Interesse Particular – LIP</b>	<b>225</b>

Fonte: Extrator do SIGRH

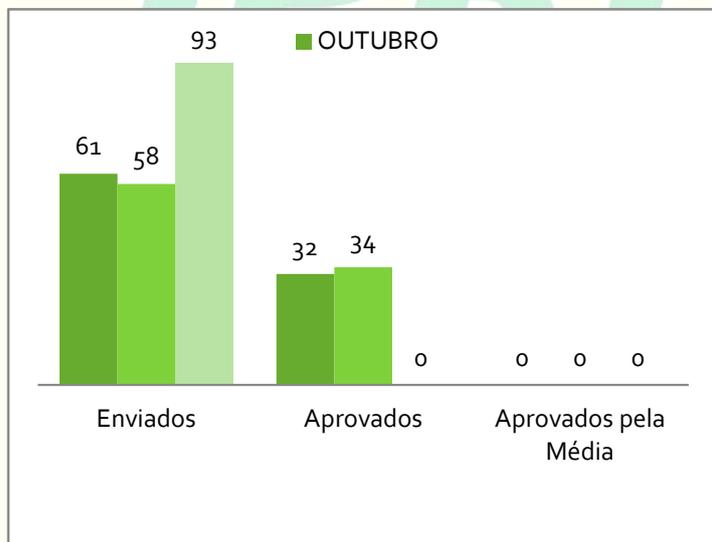
<sup>1</sup> Obs.: valores retirados do Quadro de Composição de Preenchimento de Cargos/Empregos em Comissão e de Funções de Confiança, publicado no DODF nº 200, de 21/10/2016.

## RECEITAS EM ESPÉCIE FLUXO PRO-RATA E ATRASADOS – COMPREV



Fonte: COMPREV

## REQUERIMENTOS ENCAMINHADOS AO INSS



Fonte: COMPREV

## ESTOQUE RETIDO

COMPE-TÊNCIA 2016	QUANTIDA-DE DE OB-JETOS MEN-SAL	ESTOQUE MENSAL EM RELATÓRIO	ESTOQUE ACUMULADO
OUT/16	0	R\$ 743.660.803,54	R\$ 741.576.174,03
NOV /16	0	R\$ 743.660.803,54	R\$ 741.576.174,03
DEZ/16	0	R\$ 743.660.803,54	R\$ 741.576.174,03

Fonte: COMPREV

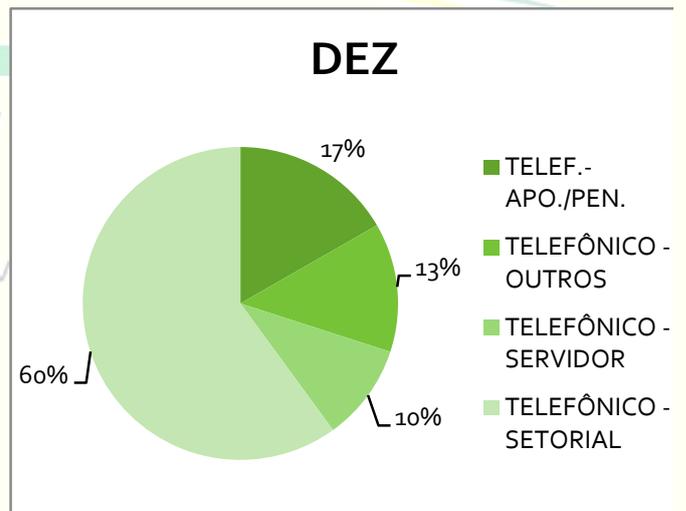
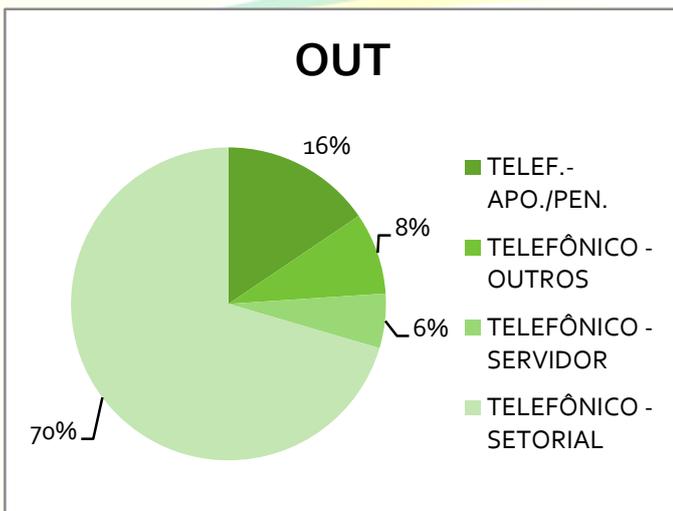
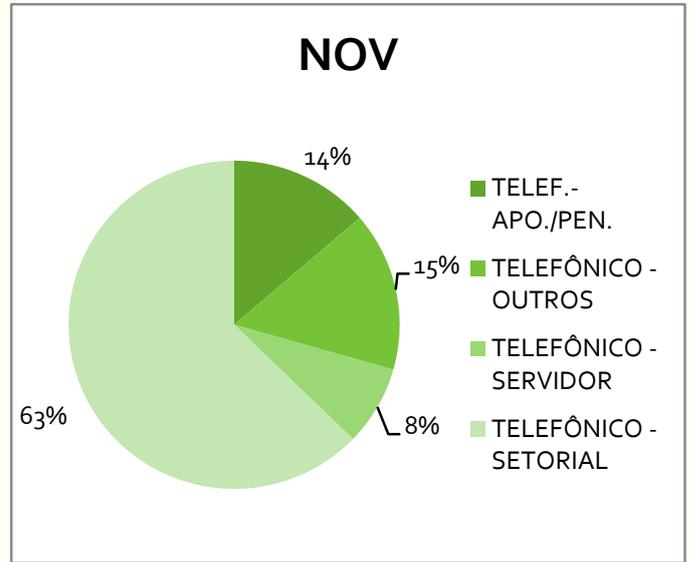
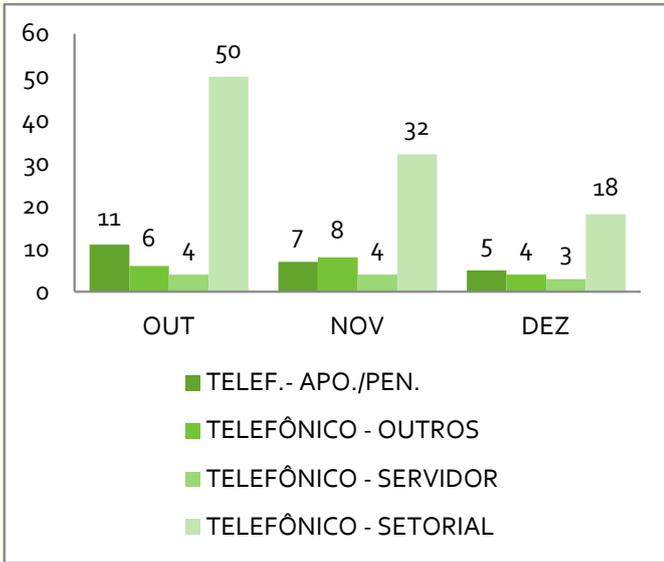
## 5.7 Canais de Atendimento

A atenção ao atendimento tem por objetivo estabelecer uma relação de maior familiaridade entre o Instituto e o Beneficiário. O I-PREV/DF vem desenvolvendo uma proposta de promover este atendimento com excelência e eficiência, estando atento às reais necessidades dos segurados.

São os seguintes os canais de atendimentos no 4º trimestre de 2016:

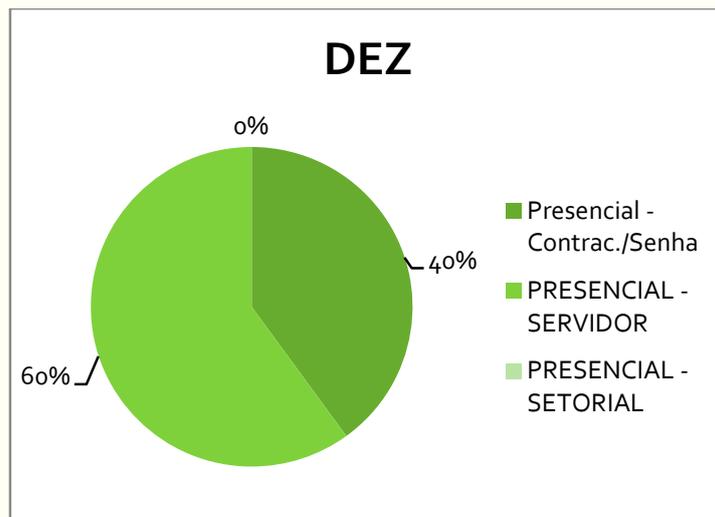
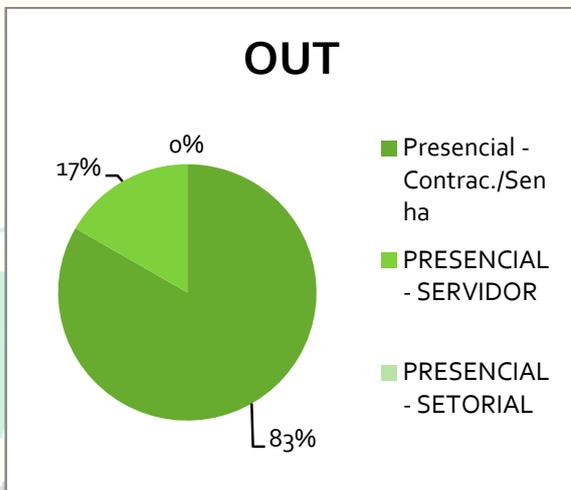
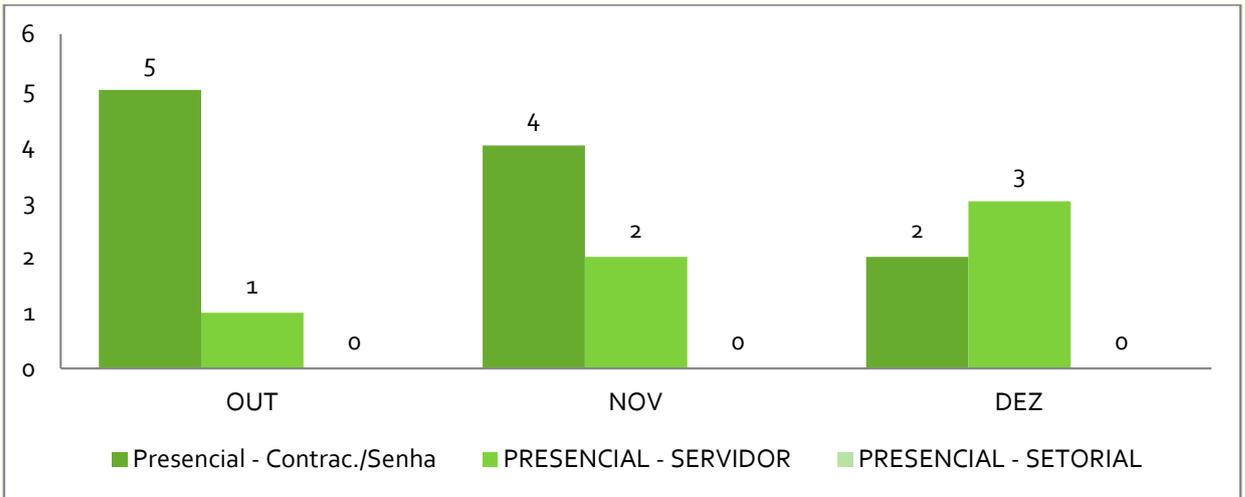


## TELEFONE/EMAIL



Fonte: Controles Produção – DIPREV 2016

## PRESENCIAL



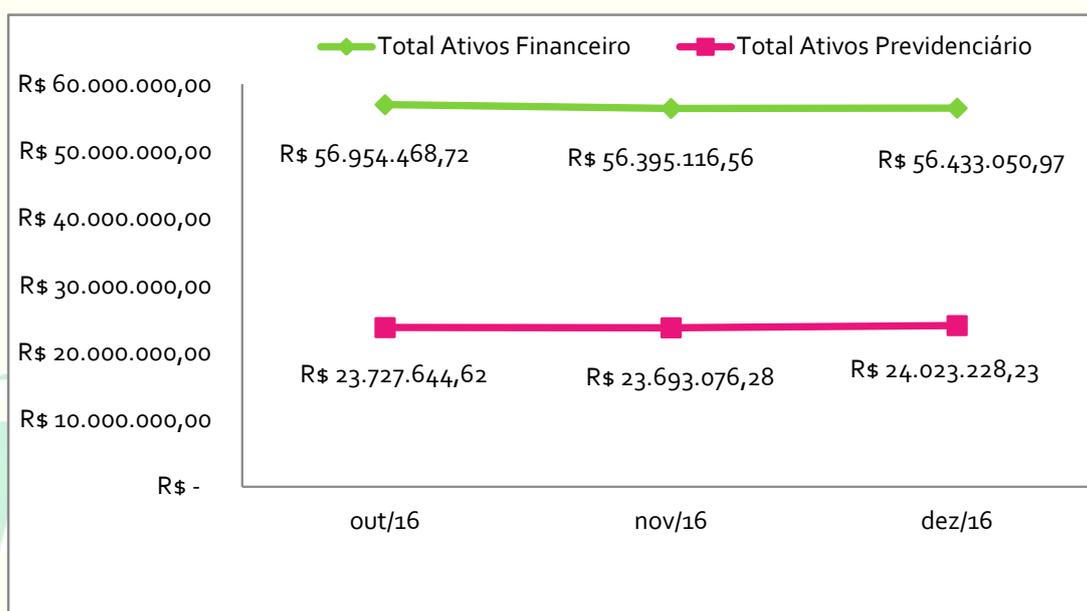
Fonte: Controles Produção – DIPREV 2016

## 6 Contribuições

### 6.1 Contribuições dos Ativos –Atendimento

As contribuições dos servidores no 4º trimestre de 2016 totalizaram em R\$ 241.226.585,38.

#### CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR

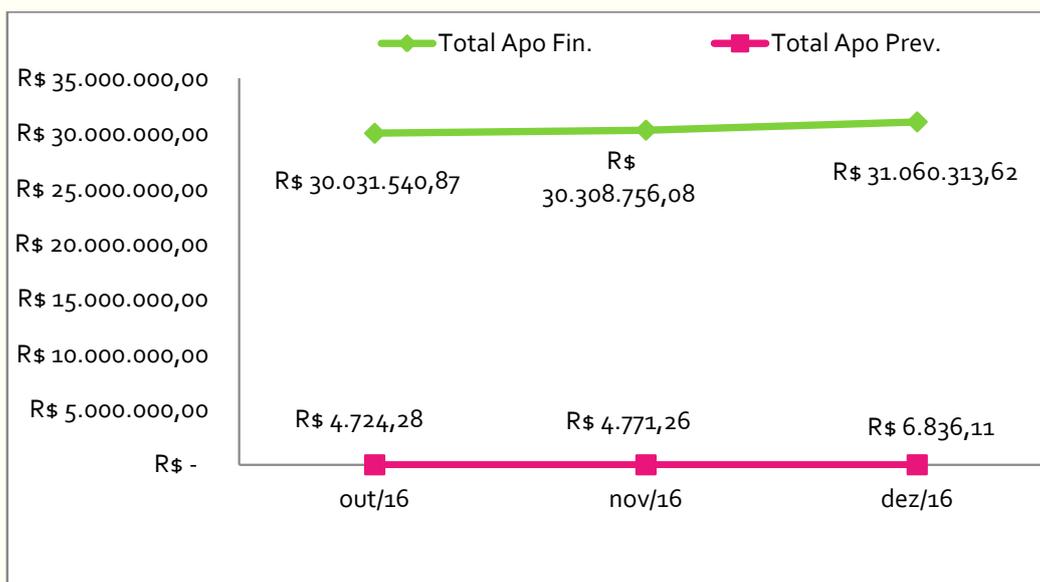


Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

### 6.2 Contribuições dos Aposentados -Atendimento

As contribuições dos aposentados no 4º trimestre de 2016 totalizaram em R\$ 91.416.942,22.

## CONTRIBUIÇÕES DOS APOSENTADOS



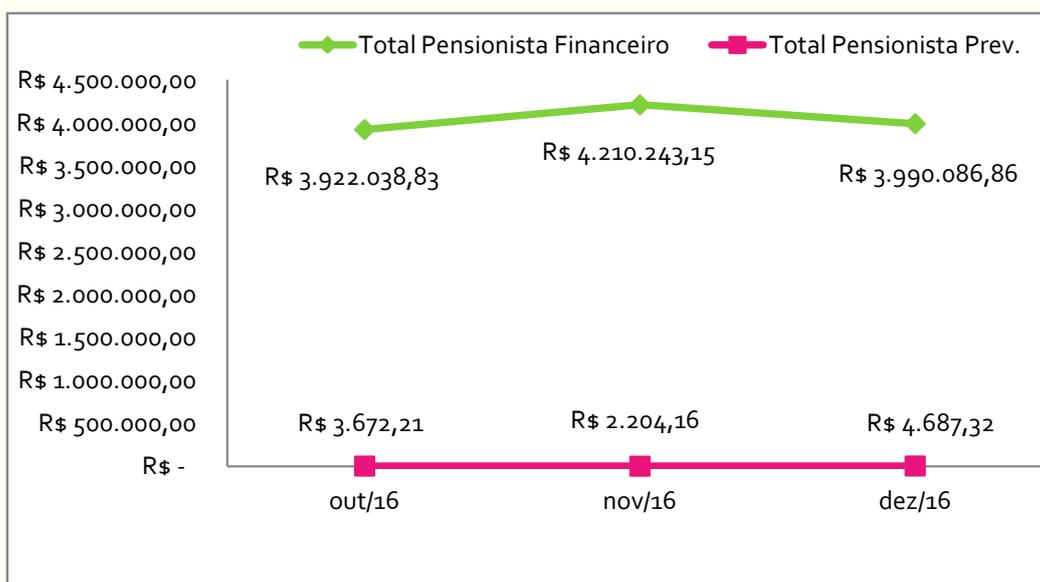
Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

## 6.3 Contribuições dos Pensionistas

As contribuições dos pensionistas no 4º trimestre de 2016 totalizaram em R\$ 12.132.932,53.

Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

## CONTRIBUIÇÕES DOS PENSIONISTAS

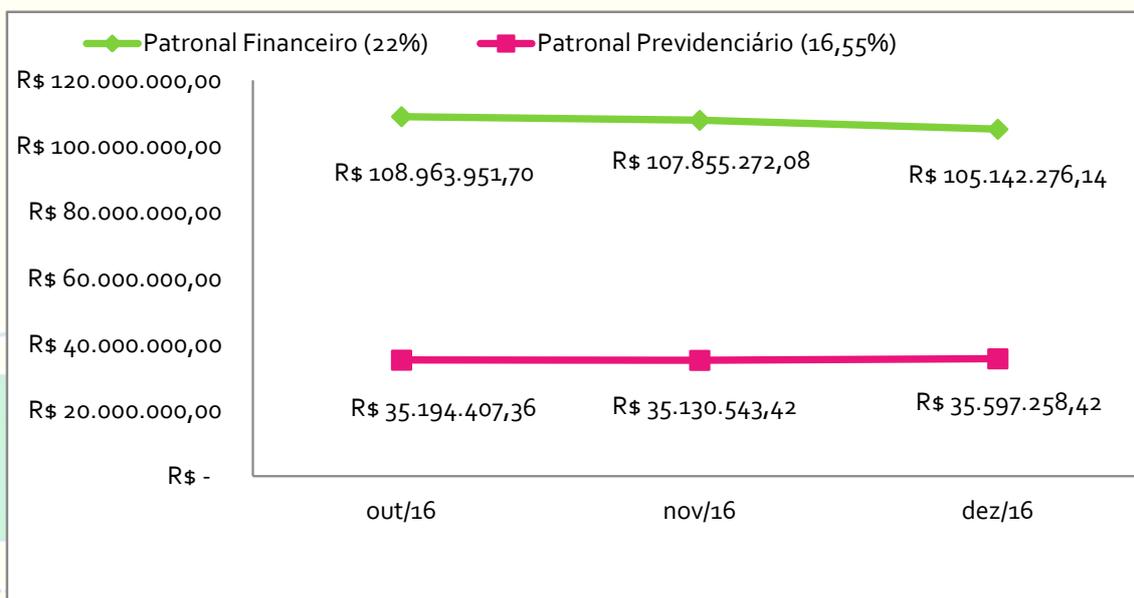


Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

## 6.4 Contribuição Patronal Atendimento

As contribuições do Ente (Patronal) no 4º trimestre de 2016 totalizaram em R\$ 427883709,12 (Financeiro e Capitalizado).

### PATRONAL

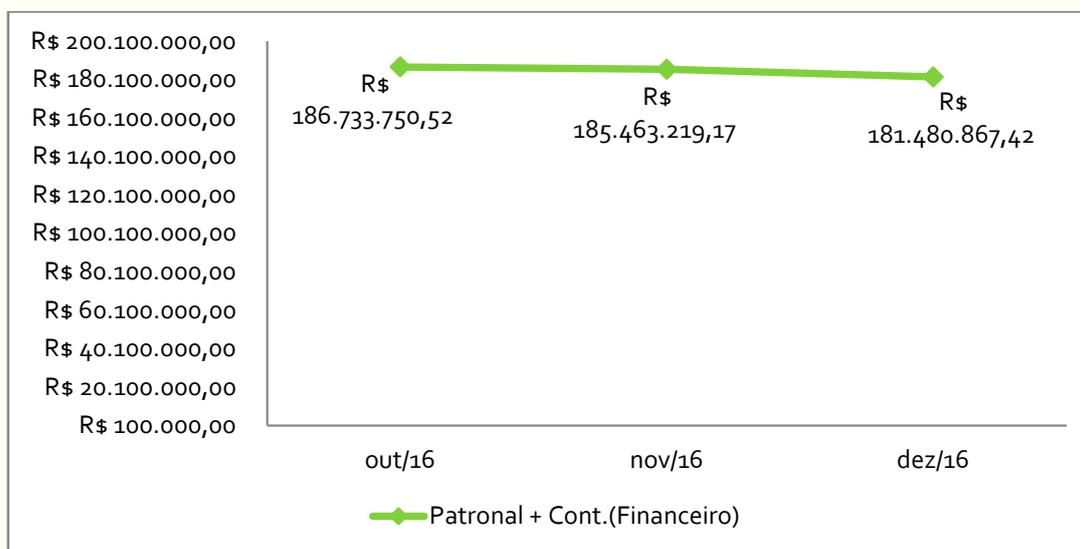


Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

## 6.5 Total Repassado de Contribuições

O total de contribuições repassadas no 4º trimestre de 2016 para o **Plano Financeiro**, que se orienta pelo regime de competência, totaliza a quantia de R\$ 553.677.837,11.

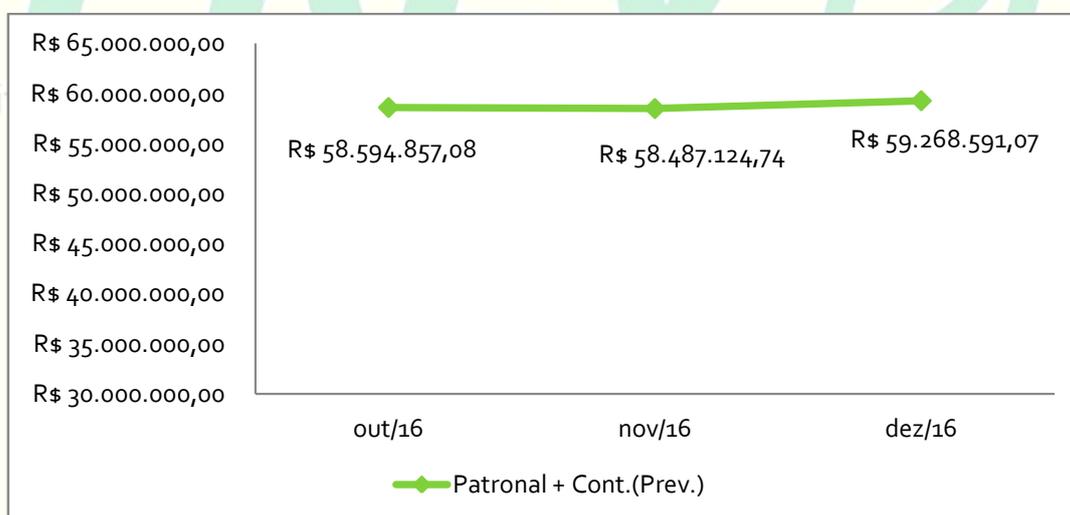
## TOTAL DO PLANO FINANCEIRO



Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

O total de contribuições repassadas no 4º trimestre de 2016 no **Plano Previdenciário** foi de R\$ 176350.572,89.

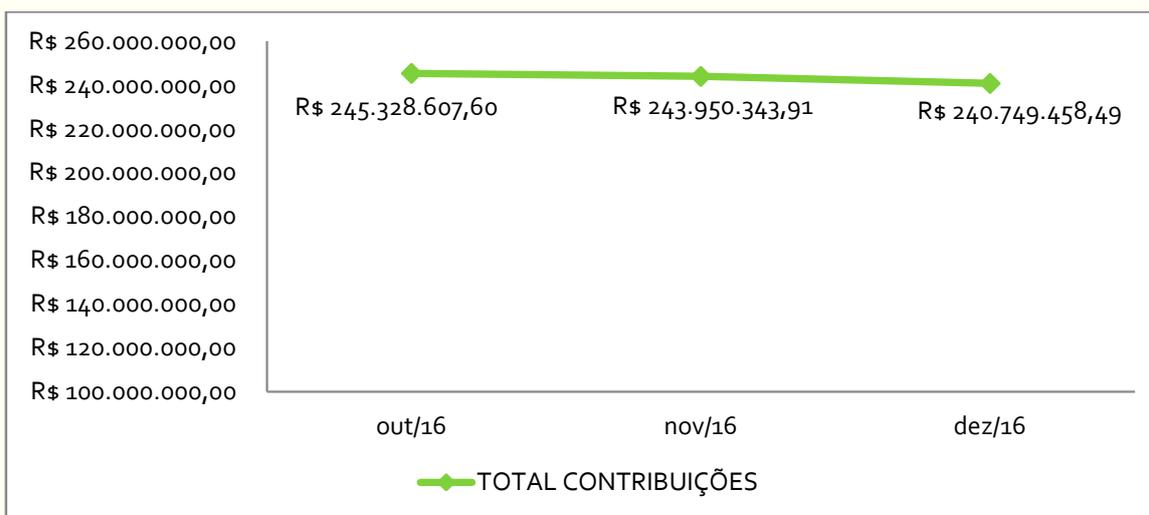
## TOTAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO



Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

O **Total Geral** de repasses de contribuições no 4º trimestre de 2016 foi de R\$ 730.028.410,00.

## REPASSE TOTAL



Fonte: DIPR 4º Bim. de 2016, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

Foi verificada uma redução significativa no repasse total de contribuições do mês de novembro para o mês de dezembro de 2016, convém esclarecer que o fato se deve a uma expressiva redução no número de servidores ativos da Secretaria de Estado de Saúde observada na extração de informações junto ao sistema SIGRH, que já está sendo examinada pelos setores competentes, no propósito de verificar qual a razão para a referida contração.

## 7. Fluxo de Caixa dos Fundos

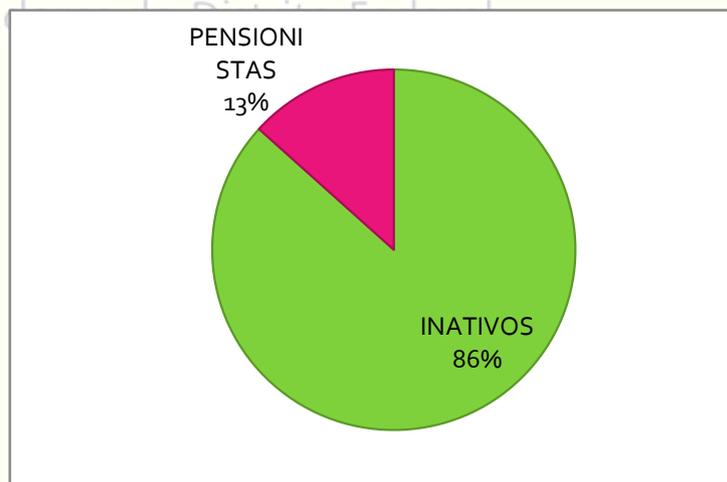
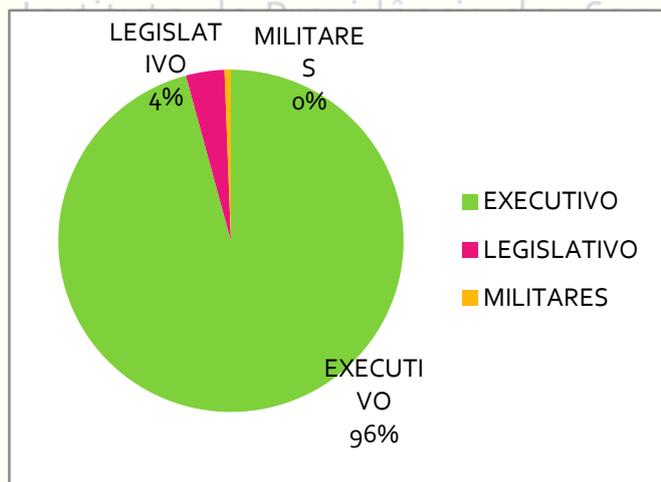
Descrição	Fundo Financeiro	Média Mensal	Fundo Capitalizado	Média Mensal
Cota Patronal	1.285.488.837,88	107.124.069,82	414.364.482,26	34.530.373,52
Contribuição -Servidores	1.249.540.202,93	104.128.350,24	306.979.251,52	25.581.604,29
Compensação entre Regimes	212.990.386,74	17.749.198,90	-	-
Aplicações Financeiras	8.342.558,37	695.213,20	531.715.382,73	44.309.615,23
Transferências entre UGS	621.118.599,58	51.759.883,30	-	-
Outras Receitas e VPAs	131.391.512,56	10.949.292,71	-	-

Despesas com Benefícios (Fopag + Aux. Funeral)	5.672.779.275,96	472.731.606,33	683.481.305,08	56.956.775,42
Aporte Tesouro	2.241.131.476,44	186.760.956,37	-	-

CATEGORIA	PLANOS				TOTAIS	
	FINANCEIRO		CAPITALIZADO		FINANCEIRO	CAPITALIZADO
	Aposentadorias e Reformas	Pensões	Aposentadorias e Reformas	Pensões	Aposentadorias e Reformas	Pensões
GDF	1.161.433.998	442.488.055	4.521.482	2.049.705	1.165.955.480	444.537.760
SES	1.361.182.708	136.439.449			1.361.182.708	136.439.449
SEE	2.159.046.051	167.249.560			2.159.046.051	167.249.560
DPDF	4.928.480	387.783			4.928.480	387.783
<b>EXECUTIVO</b>	<b>4.686.591.237</b>	<b>746.564.847</b>	<b>4.521.482</b>	<b>2.049.705</b>	<b>4.691.112.719</b>	<b>748.614.552</b>
TCDF	118.957.514	26.915.506			118.957.514	26.915.506
CLDF	50.971.622	3.927.318			50.971.622	3.927.318
<b>LEGISLATIVO</b>	<b>169.929.135</b>	<b>30.842.823</b>			<b>169.929.135</b>	<b>30.842.823</b>
PMDF / CBMDF	30.362.547	4.944.145			30.362.547	4.944.145
<b>MILITAR</b>	<b>30.362.547</b>	<b>4.944.145</b>			<b>30.362.547</b>	<b>4.944.145</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.886.882.919</b>	<b>782.351.816</b>	<b>4.521.482</b>	<b>2.049.705</b>	<b>4.891.404.401</b>	<b>784.401.521</b>

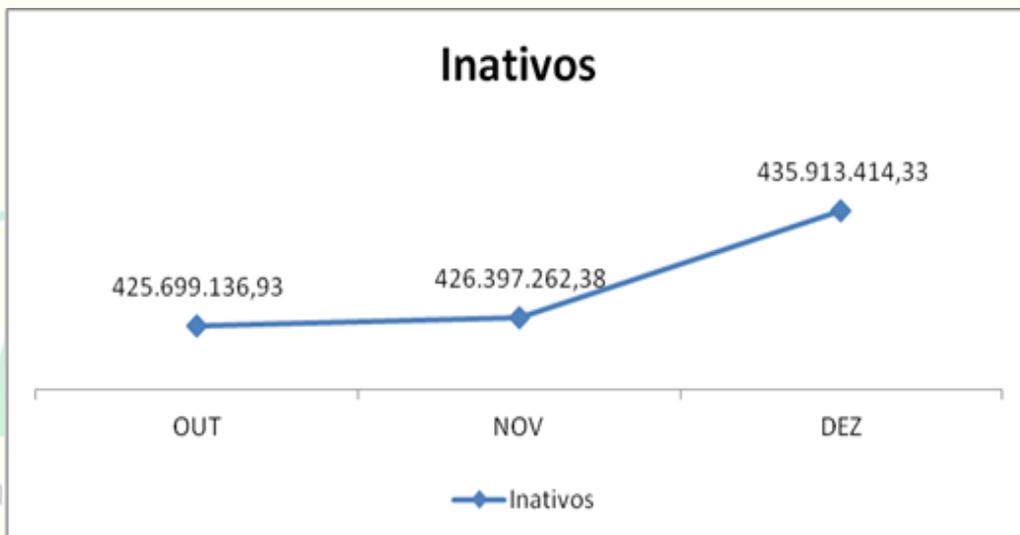
Despesas Orçamentárias – Pagamentos e Inativos e Pensionistas

Fonte: SIGGO – Consulta de Execução Orçamentária  
Base de dados: Levantamento 31.12.2016 – COOFIN/DIFAD/IPREV-DF



4º Trimestre			
FAVORECIDO	INATIVOS	PENSIONISTAS	TOTAL
EDUCAÇÃO	520.162.225,01	42.921.740,03	563.083.965,04
GDF	388.527.752,34	109.648.099,15	498.175.851,49
SAÚDE	321.478.849,40	35.040.644,88	356.519.494,28

DPDF	3.675.679,50	617.813,42	4.293.492,92
EXECUTIVO	1.233.844.506,25	188.228.297,48	1.422.072.803,73
TCDF	31.374.707,66	7.148.338,66	38.523.046,32
CLDF	15.142.045,59	1.126.710,31	16.268.755,90
LEGISLATIVO	46.516.753,25	8.275.048,97	54.791.802,22
PMDF	4.588.345,71	685.679,56	5.274.025,27
CBMDF	3.060.208,43	598.017,57	3.658.226,00
MILITARES	7.648.554,14	1.283.697,13	8.932.251,27
TOTAL GERAL	1.288.009.813,64	197.787.043,58	1.485.796.857,22



## 8. Governança

O Iprev/DF procurou atuar, no exercício de 2016, de forma incessante na busca da excelência da gestão previdenciária, seja atuando na busca do cumprimento integral do normativo legal que disciplina o tema, seja no esforço para manter o CRP vigente, as demonstrações de natureza obrigatória, ao desenvolvimento institucional, da Educação Previdenciária e propiciar a plena informação e transparência sobre o estágio de funcionamento do Instituto.

É por intermédio do Iprev/DF que as políticas e as ações do Distrito Federal, em relação à previdência dos servidores públicos devem se desenvolver.

Os quadrantes fundamentais de atuação do Iprev/DF podem ser sintetizados da seguinte forma:

- Gestão dos benefícios previdenciários decorrentes aposentadorias e pensões dos segurados e dependentes;
- Gestão dos ativos financeiros originários das contribuições e demais receitas previdenciárias, buscando a constante

rentabilização desses ativos por meio de aplicações no mercado financeiro, em conformidade com as normas legais e específicas, tendo como finalidade o cumprimento de suas obrigações previdenciárias;

- Gestão do custeio da previdência dos servidores distritais, mediante fiscalização e controle das contribuições do Governo do Distrito Federal e dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- Gestão das variantes que possam alterar a viabilidade e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos fundos administrados pelo Iprev/DF, seguindo padrões técnicos, profissionais e socialmente justos.

Com isso, a Instituição e seus servidores seguem no intuito maior de enfrentar a principal necessidade previdenciária: viabilizar a institucionalização do Iprev/DF, como o Gestor Único do RPPS, conforme preceitua a Lei Complementar nº 769/2008.

Diante das atividades desenvolvidas pelo Instituto, destacam-se algumas no 4º trimestre de 2016, tais como:

## A. ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA ATIVA:

A Controladoria-Geral do Distrito Federal, todos os anos, analisa a transparência dos dados e das informações a serem divulgadas pelos órgãos públicos de Brasília em seus canais de comunicação.

Em dezembro de 2016, a CGDF apontou o Iprev/DF como um dos 20 órgãos com o maior índice de transparência do Distrito Federal, com índice de 83%. A avaliação levou em conta conteúdos divulgados nos sites dos órgãos e entidades governamentais, tais como: resultados alcançados com ações promovidas, despesas (diárias e passagens, entre outras), auditorias e remuneração de servidores. Também foram considerados, por exemplo, contratos, convênios firmados, horário de funcionamento, licitações e perguntas frequentes.

O resultado alcançado pelo Iprev/DF decorreu de um esforço concentrado de toda a diretoria executiva e servidores do Iprev/DF, já que no fim do 1º semestre a autarquia estava entre os últimos colocados, com o índice de transparência de 26%, segundo os critérios apurados pela Controladoria.

A partir de junho de 2016, o Instituto estabeleceu metas mensais de transparência para cada uma das áreas. A evolução foi drástica e rápida. Em apenas cinco meses o índice de transparência subiu para 83%, resultado quatro vezes maior que a primeira avaliação.

## B. GESTÃO ATIVA DOS FUNDOS ESTRUTURADOS:

O Iprev/DF conta atualmente com 8 fundos de investimento estruturados, entre Fundos de Participações, Fundos Imobiliários e Fundos de Direitos Creditórios. Por serem investimentos ligados ao setor real da economia, com a desaceleração da economia brasileira recente alguns desses fundos estavam apresentando atrasos nos projetos financiados e problemas de liquidez.

Diante desse cenário, o Iprev/DF passou a adotar uma política mais ativa junto a esses investimentos, participando de forma mais incisiva nas suas assembleias e estudando mais profundamente os ativos e empresas subjacentes, como forma de melhor avaliar criticamente as chamadas de capital e reduzir os custos de gestão em alguns deles. Em agosto, a Diretoria de Investimentos participou de assembleia de cotistas de um fundo

que investe em imóveis no Paraná, e dadas as faltas de gestão identificadas propôs e obteve a redução dos custos de gestão em administração em 50%, exigindo dos gestores ações que mitigassem tais problemas.

A partir de outubro, o Iprev/DF passou a elaborar um Relatório Trimestral específico registrando a evolução e os fatos relevantes a cada um destes fundos, que servirá também para mapear os setores da economia em que o Instituto já vem atuando, e subsidiando de forma mais eficiente futuras decisões de investimento estruturado.

### C. CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

De forma a atender às disposições contidas na Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, o Iprev/DF iniciou em setembro de 2016 o processo de credenciamento das instituições financeiras e dos fundos de investimento que recebem as aplicações dos recursos administrados pelo Instituto.

Como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco de Brasília exercem a condição de administradora de fundos de investimento dos quais o Iprev/DF é cotista, foi solicitado aos Bancos o envio de Termos

de Credenciamento, no modelo já disponibilizados pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS.

Após a entrega dos documentos, em outubro de 2016, o Iprev/DF passou a analisar o conteúdo de tais documentos, com vistas à expedição do Atestado de Credenciamento, o que ocorreu em 30 de novembro de 2016.

Apenas os fundos que possuam este Atestado estarão passíveis de recebimento de novas aplicações após o encerramento do período de análise dos documentos.

O credenciamento garante maior transparência na relação com os bancos, bem como é o primeiro passo para criar competição entre estas mesmas instituições financeiras.

### D. ELABORAÇÃO DO MANUAL DE COMPLIANCE, CONTROLES INTERNOS E RISCO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS DO IPREV/DF:

O Manual de Compliance, Controles Internos e Riscos nas Atividades de Investimentos do Iprev/DF contém orientações gerais e regulamenta as atividades que devem ser executadas pelas dependências do

Iprev/DF, visando à boa gestão dos controles internos, Compliance e dos riscos nas atividades relacionadas à gestão dos Investimentos da Instituição.

São objetivos do Manual de Compliance, Controles Internos e Riscos nas Atividades de Investimentos do Iprev/DF:

- Definir a abrangência e as regras para execução das atividades do Controle Interno e de administração de riscos de investimentos;
- Disseminar a cultura de controles internos e compliance, de forma a permitir que todo o corpo funcional possa assimilar os conhecimentos descritos nesta norma; e
- Delimitar as atividades inerentes à gestão dos controles internos, compliance e administração de riscos, assegurando que todo o corpo funcional esteja trabalhando de forma a alcançar os objetivos da Instituição.

#### E. RECOMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL:

Desde o final de 2015, o Conselho fiscal do Iprev/DF esteve funcionado de forma parcial, já que não havia a indicação de nenhum dos três membros titulares, mas apenas dois suplentes indicados pelos segurados.

Diante da importância do referido Conselho, o Iprev/DF, com apoio da SEPLAG, conseguiu a recomposição do conselho, aguardando-se apenas a publicação da Portaria que formaliza a nova composição.

O Decreto nº 37.699, que designa os membros do Conselho Fiscal do Iprev/DF, foi publicado no DODF de 11/10/2016.

#### F. ESTRUTURAÇÃO DE OPERAÇÃO CONTÁBIL E JURÍDICA COM VISTAS A RECUPERAÇÃO DO ESTOQUE DO COMPREV:

O Iprev/DF, entre os mais de dois mil órgãos de RPPS do Brasil, é o maior credor de estoque da compensação previdenciária devida pelo RGPS. Diante da ausência de ações nos últimos anos por parte do INSS, esta atual gestão do Iprev estruturou uma operação, com amparo legal e contábil, que possibilita o recebimento de cerca de R\$ 740 milhões de forma mais ágil.

Para isso, houve a apresentação da proposta ao GDF que já encaminhou à demanda ao Ministério da Fazenda.

## G. APROVAÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PELO CONAD-IPREV/DF:

Com relação à criação da Taxa de Administração, vale dispor que tal medida foi aprovada pelo CONAD, em sua 54ª Reunião Extraordinária, dia 1º/11/2016, prevendo, portanto, encaminhamentos subsequentes para que haja a devida aprovação em Lei Distrital.

## H. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017:

A Política de Investimentos para 2017 foi reformulada de modo a incluir análise aprofundada da atual carteira do Iprev/DF do ponto de vista quantitativo e qualitativo, o perfil do seu passivo, o cenário econômico doméstico e internacional e estratégia e limites para o ano de 2017. Além disso, a Política de Investimentos introduz parâmetros mais detalhados para a política de seleção e avaliação dos prestadores de serviços financeiros que atuarão junto ao Iprev/DF, especificamente quanto às regras de credenciamento, bem como a política de

administração de risco a ser adotada no ano seguinte.

A Política de Investimentos é a peça central no planejamento da atuação do Iprev/DF na gestão dos seus investimentos, e orientará a todo tempo o trabalho da Diretoria de Investimentos.

A Política foi apresentada pela Diretoria de Investimentos aos órgãos colegiados e aprovada pelo Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR em 29 de novembro de 2016 e pelo Conselho de Administração do Iprev/DF - CONAD em 6 de dezembro de 2016. Após a assinatura pelo Governador do Distrito Federal, a Política segue para cadastro junto à Secretaria de Previdência. Com isso o Iprev/DF cumpre mais essa importante obrigação junto ao órgão fiscalizador dentro do prazo regulamentar.

## I- ACOMPANHAMENTO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS:

O Governo do Distrito Federal conseguiu aprovar, com o apoio da CLDF, projeto de lei que altera as leis Complementares 769/2008 e 840/2011, que previam que o

servidor somente poderia usufruir licença para tratamento de saúde por até quinze dias. Excedido esse prazo, a legislação determinava que o servidor fosse encaminhado ao IPREV/DF para solicitar um benefício de auxílio-doença.

A legislação do Distrito Federal previa a existência simultânea da licença para tratamento de saúde (para afastamentos até quinze dias) e do benefício de auxílio-doença (para afastamento superiores a quinze dias). Com a alteração proposta pelo Governo e aprovada na CLDF, a licença para tratamento de saúde passa a não ter mais um prazo limite, cabendo a perícia médica estabelecer tecnicamente o prazo ideal de recuperação do servidor acometido por alguma enfermidade.

## 8.1 Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciário, instituído pelo Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001 e Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, serve de instrumento de controle para o Ministério da Previdência verificar o cumprimento dos critérios e exigências previstos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Manter o CRP vigente para o Instituto é fundamental, uma vez que a sua ausência limita a capacidade do Distrito Federal de negociar e assinar acordos relacionados ao financiamento e/ou liberação de verbas por órgãos multilaterais e as de livre vinculação da União.

O Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal está, no 4º trimestre de 2016, com seu CRP vigente estando regular em todos os critérios exigidos pelo Ministério da Previdência Social.

30/01/2017 Emissão de Certificado

**Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP**

N.º 974001 -148742

<b>DADOS DO ESTADO</b>
CNPJ: 00.394.601/0001-26 NOME: Governo do Distrito Federal UF: DF

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O ESTADO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

<b>FINALIDADE DO CERTIFICADO</b>
OS OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR, PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS SEGUINTE CASOS:
I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;
II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS, CONVÊNIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM GERAL DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;
III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS;
IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO DISPOSTO NA LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.
VÁLIDO PARA TODOS OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO ESTADO.
A ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: <a href="http://www.previdencia.gov.br">www.previdencia.gov.br</a> , POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA.
A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O QUAL FOI EXIGIDO
EMITIDO EM 24/11/2016.
VÁLIDO ATÉ 23/5/2017.

## 8.2 Certidão Negativa de Débitos - CND

30/01/2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

### CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL  
CNPJ: 10.203.387/0001-37

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014. Emitida às 14:57:11 do dia 19/08/2016 <hora e data de Brasília>. Válida até 15/02/2017. Código de controle da certidão: 47CE.6E46.4821.32A2. Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

## 9. Conselhos

De acordo com o Artigo 87 da Lei Complementar Nº 769, de 30 de junho de 2008, o Iprev/DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, conta com os seguintes órgãos na sua estrutura:

I – Conselho de Administração;

II – Conselho Fiscal; e

III- Diretoria Executiva.

Os Conselhos de Administração e Fiscal possuem suas regulamentações previstas na Lei Complementar Nº 769, de 30 de Junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

### 9.1 Conselho de Administração – CONAD

#### COMPOSIÇÃO:

O Conselho de Administração - CONAD do Iprev/DF é composto por 14 (quatorze) membros Titulares e seus respectivos Suplentes designados pelo Governador do Distrito Federal, a saber:

I - Secretário da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;

II - Procurador da Procuradoria Geral do Distrito Federal;

III – Secretário da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;

IV – Secretário da Secretaria de estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal;

V – Representante do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

VI – Representante da Câmara Legislativa;

VII – 7 (sete) representantes dos segurados, participantes ou beneficiários, indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal, sendo assegurada pelo menos uma indicação às entidades representativas dos servidores do Poder Legislativo; e

VIII – Representante do Iprev/DF.

### REPRESENTANTES DO GOVERNO DO DF

ÓRGÃO REPRESENTANTE	CONSELHEIROS TITULARES	CONSELHEIROS SUPLENTE
SEPLAG/DF	LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS	MARCELO HERBERT DE LIMA
PGDF	PAOLA AIRES CORRÊA LIMA	EDUARDO MUNIZ MACHADO CAVALCANTI
SEFAZ/DF	JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA	WILSON JOSÉ DE PAULA
CASA CIVIL/DF	SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA	FÁBIO RODRIGUES PEREIRA
TCDF	PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA	SÉRGIO AGRIPINO CÂNDIDO DA SILVA
CLDF	SANDRO DE MORAIS VIEIRA	INALDO JOSÉ DE OLIVEIRA
IPREV/DF	ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES	ALLAN LUIZ OLIVEIRA BARROS

## REPRESENTANTES DOS BENEFICIÁRIOS

CONSELHEIROS TITULARES	CONSELHEIROS SUPLENTE	ENTIDADE	MANDATO	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
FERNANDO ANTÔNIO DE AQUINO PAVIE	JOSIMAR OLIVEIRA SILVA	SINDICAL	1º MANDATO	11/08/2015; 03/05/2016	11/08/2018 03/05/2019
MARCOS ROGÉRIO FERREIRA GUEDES	ELZA APARECIDA REIS ALMEIDA	SIDSAÚDE; SINDATE	1º MANDATO	09/01/2014 03/05/2016	09/01/2017 03/05/2019
SÍLVIO ZERBINI BORGES	EMMANUEL CÍCERO DIAS CARDOSO	SODF; SINDIMÉDICO	2º MANDATO 1º MANDATO	05/12/2014 03/05/2016	05/12/2017 03/05/2019
ALBERTO NASCIMENTO LIMA	FRANCISCO ALVES DE SOUSA	SINDSER	1º MANDATO	09/01/2014	09/01/2017
RICARDO ANDRADE VASCONCELLOS	PAULO MARCELO CRUZ CALIXTO	SAE; SINDPEN-DF	1º MANDATO	09/01/2014 03/05/2016	09/01/2017 03/05/2019
IBRAHIM YUSEF MAHMUD ALI	ROGÉRIO DA COSTA SILVA	SINDIRETA-DF	1º MANDATO	03/05/2016 03/05/2016	03/05/2019 03/05/2019
LAIRTON GALASCHI RIPELL JUNIOR	ROGÉRIO GALVÃO CARVALHO	ADESP-DF	1º MANDATO	03/05/2016 OBS: O CONSELHEIRO SUPLENTE NÃO TOMOU POSSE	03/05/2019

### COMPETÊNCIAS:

Compete ao Conselho de Administração do Iprev/DF:

I – reunir-se ordinariamente, uma vez em cada trimestre civil, por convocação de seu Presidente e, extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros;

II – fixar as diretrizes gerais de gestão, investimento e alocação dos recursos;

III – exercer a supervisão das operações do Iprev/DF;

IV – examinar e aprovar anualmente, sua avaliação atuarial e o plano de custeio;

V – autorizar a celebração de contratos, acordos e convênios que importem na contri-

buição de ônus reais sobre os bens do Iprev/DF;

VI – elaborar e modificar o seu Regimento Interno; e

VIII – determinar a sustação de atos da Diretoria do Iprev/DF que sejam lesivos ao princípio de economicidade e eficácia ou o contrariem.

### **9.1.1 Reuniões do Conselho de Administração - CONAD**

No 4º trimestre do ano de 2016, o Conselho de Administração reuniu-se ordinariamente uma vez, realizando assim aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, a vigésima quinta reunião ordinária, publicada no DODF N° 16 de 23 de janeiro de 2017.

Extraordinariamente o CONAD reuniu-se duas vezes, realizando as seguintes reuniões: quinquagésima terceira reunião

extraordinária realizada aos onze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis e publicada no DODF N° 33 de 4 de novembro de 2016; quinquagésima quarta reunião extraordinária, realizada aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis e publicada no DODF N° 232 de 12 de dezembro de 2016;

### **9.2 Conselho Fiscal - CONFIS**

#### **COMPOSIÇÃO:**

O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes nomeados pelo Governador a saber:

I - 4 (quatro) escolhidos entre segurados ou beneficiários, indicados pelas entidades representativas de classe; (titulares e suplentes); e

II - 2 (dois) indicados pelo Governador do Distrito Federal. (titulares e suplentes).

ÓRGÃO REPRESENTANTE	CONSELHEIROS TITULARES
SINDIRETA	ADAMOR DE QUIROZ MACIEL
VAGO	VAGO
SEPLAG	CAIO ABBOTT
ÓRGÃO REPRESENTANTE	CONSELHEIROS SUPLENTE
SINDIRETA	ELIETE SANTOS DA SILVA
SINAFITE	JOMAR MENDES GASPARY
SEPLAG	BARÃO MELLO DA SILVA

### OBSERVAÇÕES:

**1 - O Cargo está vago em razão do conselheiro designado, não ter tomado posse.**

**2 - A minuta do Decreto de composição do Conselho Fiscal, que compõe o processo de criação do CONFIS, autuado por meio do Nº 413.000.100/2015, já foi enviado para fins de publicação.**

### COMPETÊNCIAS:

Compete ao Conselho Fiscal do Iprev/DF:

I – reunir-se, ordinariamente, uma vez em cada trimestre civil, por convocação de seu Presidente;

II – examinar as contas apuradas nos balancetes e emitir parecer sobre elas;

III – dar parecer sobre o balanço anual, contas e atos da Diretoria Executiva, bem como sobre o cumprimento do plano de custeio e a coerência dos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação às hipóteses;

IV – examinar, a qualquer tempo, livros e documentos do Iprev/DF;

V – lavrar, em livro de atas e pareceres, os resultados dos exames a que se procedeu;

VI – relatar ao Conselho de Administração as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras;

VII – solicitar, motivadamente, ao Conselho de Administração a contratação de assessoramento de técnico ou empresa especializada, sem prejuízo do controle de contas externo.

### **9.2.1 Reuniões do Conselho Fiscal - CONFIS**

No 4º trimestre de 2016, o Conselho Fiscal reuniu-se ordinariamente uma vez, realizando assim aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, a vigésima primeira reunião ordinária, publicada no DODF Nº 323 de 12 de dezembro de 2016.

Extraordinariamente, o CONFIS reuniu-se duas vezes, realizando as seguintes reuniões: a- trigésima quarta reunião extraordinária, realizada aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, a qual não foi publicada, haja vista que o Iprev/DF questionou o quorum existente naquela reunião e autuou processo registrado sob o Nº 413.178/2016, que trata

de consulta à PGDF acerca do assunto e a-guarda parecer; b- trigésima quinta reunião extraordinária realizada aos dez dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis e publicada no DODF Nº 229 de 7 de dezembro de 2016

## **10. Educação Previdenciária**

A Educação Previdenciária agora elaborada está relacionada à instrução, transmissão de conhecimento, ensinamento e aprimoramento dos servidores que lidam com a matéria em cada uma das unidades setoriais e para os demais servidores com interesse na matéria.

São contempladas pela educação previdenciária as ações de divulgação das informações relativas ao resultado da gestão do RPPS para os diferentes órgãos e entidades integrantes do governo do ente federativo, para instituições públicas e privadas e para o conjunto da sociedade.

Destacam-se duas atividades desenvolvidas pelo Instituto, no 4º trimestre para a atividade de Educação Previdenciária, destacam-se algumas no 4º trimestre de 2016, tais como:

#### A- ELABORAÇÃO DO PROJETO IPREV-DEBATE:

O IPREV DEBATE é um projeto desenvolvido pelo Iprev/DF que tem como objetivo a realização, por meio de seminários internos, de debates sobre temas de interesse do RPPS, tais como: previdenciárias, de investimentos financeiros e gestão administrativa, destinados servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, Membros dos Conselhos do Iprev/DF e Agentes Públicos que de forma direta ou indireta atuem em atividade relacionadas à Previdência Social, com vistas à oferecer aos servidores do Instituto conhecimentos no propósito de qualificar os debates relacionados à previdência, a atividades de investimentos e gestão administrativa, além de lhes propiciar capacitação e formação permanente, em especial atenção às metas

de implementação do Projeto de Educação Previdenciária Autarquia.

#### B- ELABORAÇÃO DO PROJETO TV-IPREV:

A TV IPREV é um projeto desenvolvido pelo Iprev/DF que tem como objetivo principal filmar a realização, dos seminários internos do IPREV DEBATE, de debates sobre temas de interesse do RPPS, tais como: previdenciárias, de investimentos financeiros e gestão administrativa, destinados servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF, Membros dos Conselhos do Iprev/DF e Agentes Públicos que de forma direta ou indireta atuem em atividade relacionadas à Previdência Social, com vistas à oferecer aos servidores do Instituto conhecimentos no propósito de qualificar os debates relacionados à previdência, a atividades de investimentos e gestão administrativa, além de lhes propiciar capacitação e formação permanente, em especial atenção às metas de implementação do Projeto de Educação Previdenciária Autarquia.